

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski -Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

MENSAGEM nº 050/98

Curitiba, em 09.11.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Funcional do Estado compreendendo a Instituição dos Programas de Previdência e de Atendimento Médico-Hospitalar dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

1. Introdução:

A Seguridade Social compreende um conjunto de ações de proteção ao cidadão que abrange a previdência social, o atendimento à saúde, a assistência social e até mesmo a proteção ao desemprego.

Com exceção da assistência social, que se destina à população de renda mínima ou aos necessitados, os demais capítulos da Seguridade não se justificam sem a respectiva contribuição.

Assim, com a participação financeira do Servidor e do Governo, o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná deve compreender não só a assistência previdenciária, protegendo o Servidor na adversidade e no período pós laborativo da vida, pagando proventos de aposentadoria e pensões dignos, como também o atendimento à saúde, oferecendo proteção médico-hospitalar aos Servidores e dependentes, configurando-se como um sistema complementar ao Sistema Único de Saúde.

A sensação de segurança que um adequado e auto-sustentado Sistema de Seguridade Social transmite àqueles que estão protegidos, pelos benefícios que proporciona, estimula a produtividade e favorece, igualmente, o desenvolvimento social.

No caso específico da Previdência, deve-se ter em conta as funções esperadas que um Sistema, com o mínimo de eficácia, deve abranger, quais sejam:

a) função securitária, pois deve pagar aposentadorias justas;

b) função redistributiva, pois deve transferir renda dos segmentos mais privilegiados da sociedade para os mais carentes;

c) função solidária, pois a maior contribuição dos mais privilegiados compensa a menor participação dos menos afortunados;

d) função desenvolvimentista, pois as contribuições não devem objetivar apenas a cobertura do pagamentos de benefícios, mas devem, também, estar disponíveis para investimentos, fortalecendo o mercado de capitais e financeiro, e contribuindo para o crescimento econômico, gerando emprego e divisas.

2. A Crise do Estado Paternalista:

Constitui marcante preocupação dos Governos, nas várias órbitas federativas de nosso País, o expressivo percentual do valor das receitas públicas alocadas ao atendimento dos encargos estatais com o pagamento das despesas com pessoal, nestas incluídas as despesas com proventos de aposentadorias e pensões.

Com a estabilidade econômica, a evolução demográfica que está sendo projetada - com as conseqüentes dificuldades de se obter aumentos expressivos na arrecadação de impostos e tributos - e a crescente expectativa de vida dos que passam à inatividade -, os Estados não poderão continuar mantendo sozinhos, indefinidamente, a Previdência de seus cidadãos-Servidores. E, se tentarem fazê-lo, não poderão honrar os compromissos com os demais cidadãos - do ensino público à saúde - incapacitados que estarão de investir em infra-estrutura, serviços públicos e programas sociais.

Na situação limite, o Estado deixa de ser um meio e passa a ser um fim em si mesmo, arrecadando tributos apenas para custear a si próprio. Ele, pela elevação das despesas com pessoal, gastará mais sem que haja qualquer melhora no padrão dos serviços prestados à população. E o próprio servidor, também, como qualquer outro cidadão, sofrerá com a falta de investimentos as conseqüências da deterioração dos serviços públicos destinados ao conjunto da sociedade.

Além disso, o Estado paternalista acaba tendo Servidores mal remunerados, com a saúde mal cuidada e a velhice mal-assistida, impossibilitado que estará de praticar uma adequada política de pessoal.

O risco para o servidor é o de vir a ser titular de um "direito de papel", ou seja, um direito estabelecido em lei, mas inexequível, na prática, por absoluta falta de recursos.

3. A Situação do Brasil e do Paraná nesse Processo:

No Brasil, esse processo degenerativo já se encontra em franca evolução.

No período de 1984 a 1988, o percentual médio de gastos dos Estados com suas respectivas folhas de pessoal era de 54,00% da receita corrente líquida.

Após a Constituição de outubro/88, passados apenas oito anos, ou seja, em dezembro de 1996, esses gastos já comprometiam, em média, 74,00% da receita corrente líquida.

No final de 1997, podemos constatar que Estados como Rio Grande do Sul, com 82,00%, Rio de Janeiro, com 85,00%, Espírito Santo, com 92,00%, Minas Gerais, com 76,00%, confirmam o agravamento da situação com o decorrer do tempo.

Em 1990 os gastos do Governo Federal com seus inativos eram de R\$ 5,7 bilhões, ou, 20,00% das despesas globais com pessoal à época.

Em 1995, segundo dados do Ministério da Administração, os gastos com pessoal do Governo Federal foram de 37,4 bilhões: sendo que 39,00% desse total com inativos.

Já em 1996, o Tesouro Nacional estimou que tais gastos custariam R\$ 41,5 bilhões, dos quais R\$ 18,2 bilhões (ou 43,80% do total) com pagamento dos Servidores inativos.

A constatação preocupante é o crescimento vertiginoso dessa despesa em relação às despesas totais com pessoal, vislumbrando-se, para um futuro próximo, a igualdade entre o que se pagará para os ativos e o que se gastará com inativos.

No Paraná a situação não é diferente. A parcela da Receita Corrente Líquida destinada a pagamento de Despesas com Pessoal (ativos, inativos e pensionistas) atingiu 74,68% (setenta e quatro vírgula sessenta e oito por cento) em dezembro de 1996. Do total das despesas com pessoal, as despesas com inativos e pensionistas representavam 30,23%, e da Receita Corrente Líquida representam 21,20%. Em setembro de 1997 já eram 31,20% do total de Despesas com Pessoal.

Independentemente do percentual, causa preocupação a velocidade de crescimento real anual (acima da inflação) das despesas totais com pessoal, que tem sido da ordem de 15,13% e, principalmente das despesas com inativos, numa grandeza de 16,5% ao ano.

Em realista projeção efetuada temos que, em aproximadamente 7 (sete) anos, ou seja, antes do final do ano 2.004, as despesas totais com pessoal poderão chegar a 100,00% (cem por cento) da Receita Corrente Líquida.

Se essa hipótese vier a se concretizar, o Estado ficará impossibilitado de fazer investimentos em setores e atividades que lhe são inerentes e também de honrar os compromissos constitucionais assumidos com seus Servidores concursados.

Não se pode mais, portanto, continuar a pensar em honrar direitos constitucionais dos Servidores com o atual sistema, que depende de fatores de difícil controle ou incontornáveis, como os econômicos e demográficos. O momento e as projeções sócio-econômicas exigem a implementação de uma Previdência auto-sustentada para todos os Estados e Municípios brasileiros, e até mesmo para a própria União.

Há a necessidade de uma transição gradual do atual regime financeiro puro de repartição simples para um de capitalização, que prevê e incorpora as alterações de natureza econômica e demográfica.

Desta forma, em face da situação exposta, torna-se imprescindível estabelecer mecanismos para a solução efetiva do problema de previdência funcional.

Para tanto, impõe-se a instituição de Fundos de Natureza Previdenciária e de Serviços Médico-Hospitalares destinados a honrar as aposentadorias e pensões. Trabalhando no regime financeiro de capitalização, constituirão as Reservas Técnicas necessárias para o cumprimento dos objetivos do Sistema de Seguridade Estadual.

4. Compromissos do Atual Governo:

Tendo assumido a chefia do governo estadual, constitui equipe técnica coordenada pelo Assessor Especial de Governo para Assuntos de Previdência, com a atribuição específica de proceder à análise da situação e o estudo de soluções que venham a resolver tão magno problema, de modo a superar as referidas dificuldades financeiras, mas com integral respeito aos intocáveis direitos sociais dos agentes públicos e de seus familiares.

Os trabalhos, de cujo desenvolvimento participaram, fornecendo informações e pareceres, a Secretaria de Estado de Administração, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Procuradoria-Geral do Estado e o IPE, bem como outros setores governamentais, objetivaram um resultado que, quer sob o aspecto organizacional, quer quanto à sua dinâmica, venha a constituir solução definitiva para a questão da seguridade dos servidores e de seus beneficiários.

5. Considerações de Ordem Jurídica:

A Constituição Federal de 1988 estabelece nítida distinção entre Previdência Oficial e Previdência Privada.

Da segunda, a cargo das denominadas entidades de previdência privada, cuida a Carta Magna Nacional, nos Arts. 21, VIII; 192, II, com redação da Emenda Constitucional nº 13/96; e 201, § 8º.

A legislação infraconstitucional de regência é capitaneada pela Lei nº 6.435, de 15.07.77, que as caracterizou, dentro da moldura constitucional, como entes particulares - ainda que instituídos ou constituídos por pessoas jurídicas governamentais - de colaboração do Poder Público, pelo aproveitamento, de sua atuação, na complementação da atividade previdenciária pública (Art. 1º). Por isso, sua criação, organização e funcionamento dependem de prévia autorização do Governo Federal (Art. 2º).

A Previdência Oficial comporta duas espécies: a) a Previdência Social em sentido estrito, atendida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e integrante da Seguridade Social como parte da ordem social (Constituição Federal, Arts. 22, XXIII;

24, XII; e Título VIII, especialmente Arts. 194, 201 e 202; Lei nºs. 8.212 e 8.213, de 24.07.91); e b) a Previdência Funcional, a Seguridade dos Servidores Públicos (Constituição Federal, Arts. 40, e §§; e 149, parágrafo único).

Enquanto o contrato de seguro, particular, é de Direito Privado; a Previdência Privada e a Previdência Social “stricto sensu” participam do Direito Social e a Previdência Funcional é regida pelo Direito Público.

Via de regra, a Seguridade dos Servidores Públicos é vinculada ao Estatuto destes, com sentido de protegê-los e a seus dependentes, dos riscos de sinistros ou fatos ligados àqueles ou a esses.

Outro dado relevante na caracterização previdenciária do Plano de Seguridade Social dos Servidores é o seu custeio, que, com matriz constitucional, tem desdobramentos nas regras infraconstitucionais.

A propósito, o Art. 40, § 6º, da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 03, de 17.03.93, dispõe:

“As aposentadorias e pensões dos Servidores Públicos Federais serão custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos Servidores, na forma da lei”.

O parágrafo único do Art. 149 estatui, por seu turno:

“Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus Servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social”.

O Art. 42, § 10, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 03, de 17.03.93, estende o regime aos Servidores Públicos Militares (Art. 42, caput).

Como parte do Estatuto de seus Servidores, matéria de Direito Público, Constitucional e Administrativo, a Previdência Funcional é objeto de legislação da competência de cada unidade federativa, Art. 39 da Constituição Federal.

Diferenciando-se, como efetivamente ocorre, da Previdência Privada e da Previdência Social em sentido estrito, a Previdência Funcional não sofre a incidência das normas constitucionais sobre as duas outras espécies, e já indicadas, nem a do Art. 192, II, com a redação pela Emenda Constitucional nº 13/96, que se dirige, especificamente, a instituições financeiras.

Aplicam-se-lhe, tão somente, as regras da Constituição Federal, pertinentes a aposentadorias e pensões dos Servidores Públicos e ao custeio do Sistema Previdenciário respectivo, consoante já referido.

É, portanto, obrigação pública, dever jurídico constitucional do Governo - primariamente da unidade federativa correspondente - manter um

Sistema Previdenciário Funcional, que atenda aos direitos à aposentadoria e às pensões, nos termos do disposto nos Arts. 40, e §§; e 42, e §§ 9º e 10, da Constituição Federal.

6. Reformulação do Sistema Previdenciário do Estado:

É neste contexto que o Estado do Paraná pode reformular seu Sistema de Seguridade Funcional.

A Constituição Estadual dispõe sobre aposentadorias e pensões, em sede de serviço público civil, no Art. 35, e respectivos §§; sobre outros direitos funcionais previdenciários, no Art. 34, VI, XI, XII e XIV; e, no tocante aos Servidores Militares, nos §§ 7º, 8º e 9º do Art. 45.

Cuida, ainda, da previdência funcional no Art. 34, XIX, erigindo-a em direito público subjetivo do servidor, ao estatuir:

“Art. 34 - São direitos dos Servidores Públicos, dentre outros:

...

XIX - assistência e previdência sociais, extensivas aos dependentes e ao cônjuge.”

Este direito alcança os Servidores Públicos Militares, pelo Art. 45, § 9º.

Estabelecem o Art. 42, e seus parágrafos:

“Art. 42 - O Estado promoverá o bem-estar social e o aperfeiçoamento físico e intelectual dos Servidores Públicos e de suas famílias.

§ 1º - A inscrição ao órgão de previdência do Estado é compulsória, qualquer que seja a natureza do provimento do cargo, inclusive para os magistrados, serventuários da justiça e militares.

§ 2º - Nenhuma prestação de serviço de assistência ou benefício da previdência social, desenvolvida em prol dos Servidores do Estado, será criadas, majoradas ou estendidas sem a correspondente fonte de custeio total.

...

§ 4º - A contribuição social do Estado e a dos seus Servidores para o sistema de previdência e assistência serão devidas na forma e percentual fixados em lei”.

Outrossim, o Art. 41 preceitua:

“É assegurada, nos termos da lei, a participação paritária de Servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem”.

O Art. 44, que trata de valor de proventos de aposentadoria e de outros benefícios previdenciários, teve sua eficácia suspensa, em liminar concedida na ADIN nº 522-7 (julgamento de 12.09.91).

O Art. 255 prescreve:

“Fica assegurado pelo Estado, o sistema de previdência e assistência dos membros e Servidores do Poder Legislativo, sendo o seu funcionamento regulado na forma da lei”.

Dispõe, atualmente, sobre a Previdência dos Servidores Públicos Estaduais e de seus depen-

dentes, a Lei PR nº 10.219, de 21.12.92, alterada pela Lei PR nº 10.464, de 05.10.93, que extinguiu o Fundo Previdenciário de natureza contábil criado pela primeira.

O Tesouro do Estado, ao qual reverteu o montante residual do Fundo (Art. 2º da Lei PR nº 10.464/93), arca com os benefícios de aposentadorias, pensões e auxílio reclusão, previstos na Lei PR nº 10.219/92, sendo de 10% da respectiva base de cálculo a contribuição dos Servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas (Lei PR nº 10.219/92, Art. 49; art. 3º da Lei nº 10.464/93).

Tem o Paraná, competência para dispor sobre sua Previdência Funcional, e para escolher a instrumentação hábil para o atendimento da mesma; responsabilidade que é sua, não obstante a existência de contribuição, dos Servidores.

Conforme analisado, o embasamento constitucional é encontrado nas disposições dos Arts. 39, 40 e §§, 42, §§ 9º e 10º, e 149, parágrafo único, da Constituição Federal, sendo certo que este último expressamente contempla a criação, por Estados, Distrito Federal e Municípios, de “Sistemas de Previdência e Assistência Social”, isto “em benefício” dos seus Servidores.

7. Uma Proposta Inovadora:

Permito-me ressaltar que as práticas até agora implantadas ou projetadas, em nosso País, não têm sido eficazes na superação dos problemas pertinentes à matéria.

A constituição de fundos unicamente contábeis, como o criado pela Lei PR 10.219/92, depois extinto, ou de autarquias tradicionais não se tem mostrado capaz de atender às efetivas necessidades dos Poderes Públicos e dos Servidores e de seus dependentes.

Por isso, tornou-se imperioso adotar-se formulação nova, em consonância com os modernos métodos de estruturação governamental, e com os progressos que a ciência atuarial, muito especificamente em matéria previdenciária, tem apresentado.

Esta postura afina-se com o atributo da criatividade consistente com que Vossa Excelência tem marcado sua fértil vida pública; e está em consonância, no particular, com seu anteprojeto de que a reestruturação do Sistema Previdenciário Funcional do Estado do Paraná seja feita de modo pioneiro, a fim de que possa cumprir seu relevante papel humano e social.

Foram, nesta linha, utilizadas as mais modernas técnicas atuariais e as mais atualizadas concepções jurídico-administrativas, de modo a obter-se a adequada configuração de uma entidade encarregada da gestão de fundo patrimonial previdenciário, formado com a contribuição do Estado e de seus Servidores pensionistas.

8. Fundamentos Institucionais da Solução Proposta:

Todos os estudos levaram à conclusão de que a opção apropriada é o Estado ter, mediante a transformação e aproveitamento da atual estrutura do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, uma instituição personalizada em cujo contexto paradministrativo se situará, na qualidade de ente de cooperação, como serviço social autônomo, criando a PARANAPREVIDÊNCIA.

Estamos no campo da descentralização administrativa por cooperação, que gera os entes de cooperação ou cooperadores do Poder Público, os quais formam a PARANADMINISTRAÇÃO, que faz parte do Poder Administrativo “lato sensu”.

Muito próprio deste conjunto de entes é, como a própria designação indica, a convergência de Estado e de terceiros, para a consecução de objetivos comuns.

A nova ordem constitucional, instaurada em 1988, consagrou os entes de cooperação e a Paradministração, distinguindo-os da Administração Direta, Indireta (autarquias, empresas públicas e mistas) e Fundacional (fundações públicas).

A Constituição Federal (Arts. 5º, LXXIII; 22, XXVII; 37, XIX e XX; 52, VII; 71, II a IV: 163,II; 164, § 3º, 165,§ 5º, I e III; e 173,§ 1º) e a do Estado do Paraná (Art. 27, VIII e XIX; 43; 75, II e III; 133, §6º, III) evidenciam que, hodiernamente, a organização administrativa estatal, além da Administração Direta, e da Autarquias, Empresas Públicas e Mistas e das Fundações Públicas, abrange outras entidades sob o controle direto ou indireto do Poder Público, de índole societária, associativa, fundacional ou institucional, com atuação econômica, ou não.

Efetivamente, a par dos órgãos e das pessoas administrativas que compõem a Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, conforme referido pelo Art. 37, “caput”, da Constituição Federal (Art. 27, “caput” da Constituição do Estado do Paraná.), e que englobam as citadas Autarquias, Empresas Públicas e Mistas e Fundações Públicas, nomeadas no inciso XIX do mesmo dispositivo constitucional federal (Art. 27, XVII, da Constituição do Estado do Paraná), existem aquelas outras entidades controladas pelo Poder Público, a que se dirigem as regras do Art. 37, inciso XX, 1ª parte, da Constituição Federal, e do Art. 27, XIX, da Carta Política Estadual.

Já o primeiro grande sistematizador do Direito Administrativo Brasileiro, o eminente jurista e homem público, Themistocles Brandão Cavalcanti (Curso de Direito Administrativo, Rio, Freitas Bastos, 5ª ed., 1958, p. 219 e 347/8), e o igualmente ilustre Miguel de Seabra Fagundes (O Controle dos

Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, Rio, Forense, 4ª ed., 1967, p. 41) se referiam a estes entes de cooperação.

Themistocles expunha que algumas entidades que escapam à estrutura geral dos órgãos administrativos: são organizações de direito privado, mas por lei e que gozam de prerrogativas e a que se atribuem finalidades públicas. Não se confundem com a estrutura hierarquizada da administração clássica, mas estão sob a influência do Direito Administrativo.

Com a propriedade, já citava, na qualidade de entes de cooperação, os serviços sociais autônomos, como o SESI, o SESC e o SENAC.

São entidades com personalidade privada, que tiveram sua criação determinada e regulada por lei; estatutos aprovados pelo Poder Público; nelas há a participação necessária de pessoas não administrativas na sua manutenção e gestão; recebem recursos públicos, podendo arrecadar, em seu favor, contribuições parafiscais.

Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, Malheiros Editores, 1996, 21ª ed., atualizada, p. 665/666), com proverbial propriedade, definiu:

“Os Entes de Cooperação são pessoas de Direito Privado, criados ou autorizados por lei, geridos em conformidade com seus estatutos, geralmente aprovados por decreto, podendo ser subvencionados pela União ou arrecadar em seu favor contribuições parafiscais para prestar serviço de interesse social ou de utilidade pública, sem, entretanto, figurarem entre os órgãos da Administração direta ou entre as entidades da indireta. Realmente, os Entes da Cooperação, na sistemática da Lei da Reforma, não se enquadram entre os órgãos integrados na Administração direta nem entre as entidades compreendidas na Administração indireta... Todavia, existem, e em grande número na Administração Federal, cooperando com o governo na realização de atividades técnicas, científicas, educacionais, assistenciais e outras que refogem dos mistérios burocráticos das repartições estatais centralizadas. Daí, porque preferimos agrupá-los sob a denominação genérica de Entes de Cooperação.”

Também se reporta, na respectiva exemplificação, aos serviços sociais autônomos, bem como às entidades disciplinadoras e fiscalizadoras das profissões liberais.

Segundo o Autor, os Entes de Cooperação, fazem parte do gênero das entidades paraestatais, pessoas jurídicas de Direito Privado, cuja criação se faz mediante lei específica, com patrimônio público ou misto, para a realização de atividades, obras ou

serviço de interesse coletivo, sob normas e controle do Estado, mas não se confundindo com as entidades, nem com as autarquias ou fundações públicas. E aduz que “o paraestatal não é o estatal, nem é o particular, é o meio-termo entre o público e o privado. Justapõe-se ao Estado, sem o integrar, como o autárquico; ou alhear-se, como o particular. Tem personalidade privada, mas realiza atividades de interesse público” (op. cit., p. 320/321).

Explicita seu pensamento de que o paraestatal é o gênero, do qual são espécies distintas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos, as duas primeiras compondo (juntamente com as autarquias e fundações públicas) a Administração Indireta, e os últimos, fora dessa Administração, constituindo a categoria dos entes de cooperação.

A Paradministração é conjunto heterogêneo, com regime jurídico variado.

Neste grupo, além dos serviços sociais autônomos e das entidades de fiscalização das profissões liberais, já citados, encontram-se as empresas paradministrativas, subsidiárias de empresas públicas ou mistas, mas que não são sociedades de economia mista nem de segundo grau (empresas mistas controladas por empresas públicas ou também mistas, e igualmente integrantes da Administração Indireta: Constituição Federal, Art. 37, XIX e XX, 1ª parte; v. pareceres da Consultoria-Geral da República, nºs L-154, de 21.07.77, e P-010, de 02.09.81, DOU, de 26.06.77 e 10.09.81, respectivamente; decisão do STF, DJU de 18.04.90, p. 2.567).

Figuram, igualmente, no conjunto em pauta, as universidades públicas ou oficiais, exatamente pela autonomia de que são detentoras, consoante a garantia assegurada pelo Art. 207 da Constituição Federal.

Também compõem a Paradministração os chamados ofícios, como os de tradutor público, leiloeiro e despachante oficial; e os ofícios de justiça não estatizados.

Os entes paradministrativos exigem, para a sua criação e definição de seu posicionamento no conjunto dos cooperadores, o ato legislativo (Constituição Federal, Arts. 37, XX, e 217, § 1º). Só por lei poderá haver a diferenciação em face das entidades administrativas e dos administrados.

A participação e a ingerência do Poder Público, no tocante às entidades de cooperação, são reguladas pelos diplomas normativos competentes, estando elas submetidas a uma forma de tutela, a tutela paradministrativa.

9. Natureza Jurídica da Instituição Proposta:

É da atribuição estadual a estruturação de órgãos e entidades que desenvolvem atividade

pública, administrativa, inexistindo lei nacional sobre o assunto, assunto esse que não é de competência concorrente (Constituição Federal, Art. 24), mas privativa do Estado (Constituição Federal, Art. 25, e § 1º, Constituição do Estado do Paraná, Arts. 27, “caput”, e incisos XVIII e XIX; 53, X e XI; 66, IV; e 87, VI).

Hely Lopes Meirelles (op. cit. p. 322) oferece trecho expressivo a respeito do tópico, em relação aos entes paradministrativos:

“A competência para instituir entidades paraestatais é ampla, cabendo tanto à União como aos Estados-membros e Municípios criar esses instrumentos de descentralização de serviços de interesse coletivo. A criação de tais entidades é matéria de Direito Administrativo e não interfere com a forma civil ou comercial com que se personifique a instituição. Esta sim, é de Direito Privado, cujas normas pertencem exclusivamente à União, por expressa reserva constitucional. Mas a criação e organização da entidade, como instrumento administrativo de descentralização de serviço, são do titular do serviço a ser descentralizado.

...

Embora comumente se adotem as formas do Direito Civil e Comercial, nada impede que o Poder Público crie entidades paraestatais com formas próprias e adequadas “as suas finalidades. Exemplos dessas formas peculiares têm-los nos serviços sociais autônomos (SENAI, SENAC, Sesi e Sesc).”

Alvitra-se, no caso, a adoção da categoria jurídica da instituição, pessoa jurídica que corresponde a organizações, estruturas personificadas.

Na instituição, predomina o interesse público, e dela são exemplos típicos os fundos personalizados de pensão, as caixas, os institutos de previdência (o termo instituto já denuncia a natureza institucional).

Francesco Ferrara (Le Persone Giuridiche, Turim, 1938, p. 104/105; Teoria delle Persone Giuridiche, Turim, 1928, p. 733 e s.) ensina que há uma classe de pessoas jurídicas de caráter híbrido, que é a das instituições de tipo corporativo, ou seja, organizações com traços corporativos, de que fundos personalizados, caixas e institutos são expressivos exemplos.

Salienta que essas instituições funcionam no interesse de um conjunto de pessoas, que se encontram em determinada situação e que participam da administração da entidade (cf. Art. 41 da Constituição do Estado do Paraná), ou a fiscalizam, vertendo contribuições, através do pagamento de quotas ou da retenção de valores incidentes sobre o estipêndio ou salário, na formação do patrimônio da instituição.

E exemplifica, exatamente, com as instituições de previdência.

10. Legitimidade, Eficácia e Transparência do Sistema:

A Organização, como instituição paradministrativa, ente de cooperação, serviço social autônomo, será dotada, em consequência, da agilidade necessária à gestão dos Programas de Previdência e de Atendimento Médico-Hospitalar e à administração dos Fundos de Natureza Previdenciária sendo um Fundo de Previdência, destinado basicamente aos novos inativos e pensionistas, um Fundo Financeiro que dará suporte aos já inativos e pensionistas, e um Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, destinado a todos os Servidores do Estado sem o comprometimento, porém, do vínculo com o núcleo governamental, através da Secretaria de Estado de Administração, que exercerá a supervisão do futuro ente, submetido, ademais, aos pertinentes controles administrativo, financeiro e contábil, inclusive pelo Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Prevê-se, outrossim, a oportuna celebração de Controle de Gestão entre o Estado e a novel entidade, moderno instrumento de pormenorização da supervisão a que esta se submeterá, com a fixação de metas a serem atingidas e de formas de avaliação de desempenho quanto aos aspectos da eficiência, da legalidade e do respeito aos demais princípios que norteiam, na atualidade, a atuação governamental.

Acentue-se que a estrutura da instituição também reflete este compromisso com a transparência, a legitimidade e a eficácia do Sistema e de seus operadores.

Assim, está prevista a existência de um órgão normativo, de deliberação e gerenciamento, o Conselho de Administração; órgãos executivos, as Diretorias; e de fiscalização, o Conselho Fiscal, isso sem prejuízo do controle pelo Tribunal de Contas e de Auditoria externa.

Na respectiva composição, buscou-se um balançamento na garantia da representação do Estado, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário, dos Servidores e da sociedade civil.

Quanto aos três Fundos que estão sendo propostos, é fundamental destacar a identidade contábil de cada um deles, inexistindo, inclusive, a possibilidade de transferência de recursos entre Fundos, razão por demais conhecida dos graves problemas que a Previdência Social Brasileira enfrenta atualmente.

Com relação ao Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, com a proposta ora colocada, o Sistema de Saúde deixa de ser assistencial e assume sua vocação contributiva e complementar, como previsto na Constituição Estadual e seguindo filoso-

fia dos mais modernos sistemas do mundo desenvolvido.

Como última consideração, restaria a opção de criação de uma nova organização para administração do sistema ou a transformação de instituição já existente.

A escolha pela transformação de Instituição já existente nos pareceu mais adequada em razão do aspecto de economicidade, com o aproveitamento da atual estrutura racionalizada, reciclada e redirecionada para as novas funções, centralizando-se todas as atividades previdenciárias e de atendimento médico-hospitalar nessa Instituição. Não existe justificativa técnica para que as atividades estejam pulverizadas na SEAD, SEFA, CELEPAR e IPE, com o paradoxo que a autarquia criada para cuidar da Previdência e Assistência dos Servidores na realidade, hoje, tenha como atribuição somente a elaboração da folha de pensionistas.

11. Institucionalização Definitiva do Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná:

Anote-se que se adotou, como fonte jurídico-normativa, a Lei Complementar, posicionada no ápice da legislação infraconstitucional, e que conferirá, na sua hegemônica condição de Lei Orgânica, a estabilidade e a segurança institucionais absolutamente necessárias ao tratamento de tema tão ligado à perenidade como o da previdência.

Com efeito, os fatos e as relações jurídicas previdenciárias têm, por sua natureza mesma, desdobramentos a longo prazo, envolvendo o futuro de numerosos contingentes de pessoas.

Sendo o objetivo das medidas ora projetadas a institucionalização definitiva do Sistema Previdenciário e de Atendimento Médico-Hospitalar dos Serviços Públicos do Governo Estadual, estatui-se ser obrigação permanente do Estado manter viável a PARANAPREVIDÊNCIA que, como pessoa jurídica institucional e, além do mais, de Previdência e Atendimento Médico-Hospitalar, somente poderá ser extinta judicialmente e no caso de inequívoca impossibilidade de sua manutenção. Ainda nesta hipótese, ficaria o Estado obrigado a preservar a identidade e os fins do Fundo Previdenciário, e do Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, respeitados os direitos adquiridos dos segurados e beneficiários a eles vinculados.

Ademais, é mister sublinhar que, embora tenha seu cumprimento imediato a cargo de uma entidade paradministrativa, as obrigações previdenciárias são e continuarão a ser do Estado, pelo que a responsabilidade deste - direta e exclusiva em alguns casos, solidária em outros e, em certas hipóteses subsidiárias - encontra-se explicitamente caracterizada.

Preocupação básica na reestruturação do Programa de Previdência do Estado, através do anteprojeto ora apresentado, é, portanto, a da preservação perene do acervo patrimonial que constituirá o Fundo de Previdência, que, titularizado pela entidade de seguridade, terá identidade jurídico-contábil, e será constituído, dentre outras fontes, pelas contribuições governamentais, dos segurados e dos pensionistas, sendo certo que, a fim de atender às disponibilidades do erário estadual, poderão, no início, ser parte vertidas sob a forma de dação em pagamento de bens móveis e imóveis do domínio estadual, procedimento submetido a rígido regime de avaliação e de manifestação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

O Fundo de Previdência e o Fundo Financeiro desenvolver-se-ão com o produto das aplicações e investimentos realizados com seus recursos, sob rigorosos princípios e normas de natureza jurídico-atuarial, observando o que a legislação federal estabelece para os fundos de pensão brasileiros, de modo a garantir a segurança, a rentabilidade, a liquidez e a economicidade da atuação da Instituição.

O Fundo Financeiro capitalizado será constituído com recursos que o Estado deverá repassar à PARANAPREVIDÊNCIA, na forma da Lei, para garantir o pagamento das atuais aposentadorias e pensões, bem como das aposentadorias e pensões dos Servidores não abrangidos pelo Fundo de Previdência.

O Fundo de Serviços Médico-Hospitalares que será responsável pelo suporte financeiro para a aplicação do Programa de Atendimento Médico Hospitalar a ser oferecido aos Servidores estaduais e seus dependentes será capitalizado e controlado separadamente.

Estando terminantemente proibidas as transferências entre os Fundos mesmo que temporariamente, possibilitar-se-á a independência orçamentária e a preservação dos respectivos Planos Autoriais, condição fundamental para saúde financeira do Sistema.

12. Considerações Finais:

Para fazer viável a adoção do Sistema de Seguridade Funcional do Estado, os recursos do Fundo de Previdência estarão, específica e exclusivamente destinados ao custeio do Programa de Previdência, sob o regime financeiro de capitalização, e abrangendo, inicialmente, os atuais Servidores efetivos, ativos, do sexo masculino com 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, ou menos, e do sexo feminino com até 45 (quarenta e cinco) anos, inclusive, o que corresponde a cerca de 78,5% dos Servidores ativos, bem como aqueles agentes públicos que, dentro destes limites etários, estejam no exercício da função ou venham a tomar posse futuramente, com

alcance, também, dos respectivos dependentes, sendo que esses limites etários poderão ser ampliados por deliberação dos órgãos competentes, e desde que haja a respectiva fonte efetiva de custeio atuarial total.

Os já inativos e pensionistas, à data da implantação do novo sistema, assim como os ativos que contarem idades superiores às indicadas, e os seus dependentes terão seus benefícios pagos através da constituição do Fundo Financeiro capitalizado, com recursos que o Estado deverá repassar ao IPE, na forma de lei, estando estes restritamente vinculados a este fim e a este universo de beneficiários.

As despesas administrativas serão cobertas, igualmente, com recursos estaduais destinadas unicamente a tal finalidade.

Contribuições, dispêndios, aplicações e investimentos estão balizados por taxativas regras do anteprojeto, cuja aplicação ainda se submeterá às diretrizes do Plano de Custeio atuarialmente fixado. Ademais, foram adotadas normas nacionais que dispõem sobre limites de inversões e de constituição patrimonial das Entidades de Previdência Complementar, no caso do Fundo de Previdência e do Fundo Financeiro.

O Estado, seus Servidores ativos, inativos e Pensionistas, contribuirão a PARANAPREVIDÊNCIA. O percentual de contribuição dos Servidores e Pensionistas será escalonado em função da remuneração, provento ou pensão, onerando menos os que têm uma remuneração menor. A contribuição do Estado, a ser calculada atuarialmente, será limitada a uma proporção máxima de 2 por 1, com referência ao montante das contribuições dos segurados ativos.

Para garantir a exeqüibilidade do Sistema, foram estabelecidas regras incisivas sobre a efetivação do aporte, pelo Governo Estadual, das importâncias devidas ao Instituto, bem como, se necessário, será elaborada proposta de emenda constitucional sobre a matéria.

Especial e compreensível ênfase é dada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do Programa Previdenciário, prevendo-se, inclusive, que qualquer medida governamental que exorbite da administração ordinária e que, não tendo sido considerada na elaboração da Nota Técnica Atuarial, acarrete ônus para a PARANAPREVIDÊNCIA, será de exclusiva responsabilidade do Estado.

O pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA, a ser regido pela legislação trabalhista, somente será admitido através de processo seletivo, e os cargos e salários serão objeto de Plano específico, sendo os últimos balizados pelos valores do mercado de trabalho.

O anteprojeto estabelece que deverão ser apurados e averbados os tempos de serviço dos Servidores, inerentes a outros regimes de previdência, cuja responsabilidade não é do Estado, para que este possa providenciar ressarcimento dos valores pagos a título de aposentadoria, em termos proporcionais ao tempo de serviço relativo a esses outros regimes previdenciários, especialmente junto ao INSS, conforme previsto na Constituição Federal.

O anteprojeto, prevê, igualmente, o Recadastramento Geral dos seus Servidores, em caráter obrigatório, no prazo máximo de 02 (dois) anos, de forma que o Estado, dispondo de um banco de dados confiável, possa detectar possíveis irregularidades porventura existentes, bem como possa contar com informações relativas aos tempos de serviço sujeitos a outros regimes previdenciários, de forma a providenciar o ressarcimento já mencionado.

O anteprojeto mantém todos os benefícios assegurados aos Servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas, não introduzindo qualquer alteração que venha a prejudicá-los em relação a regime vigente, respeitando o direito adquirido e, doutra parte, assimila totalmente a reforma previdenciária ditada pelo Governo Federal.

Destacamos que os Programas de Previdência e de Atendimento Médico-Hospitalar ora propostos inclusive prevêem a participação dos membros do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e dos Servidores Comissionados, com características e condições próprias, de acordo com a natureza e peculiaridades de cada um daqueles agentes públicos.

Estes, Senhor Presidente, são os esclarecimentos que tenho por oportunos a respeito do estudo de viabilidade de um novo modelo de Seguridade Funcional para o Estado do Paraná que ofereço à elevada apreciação e conseqüente aprovação dessa egrégia Assembléia Legislativa, valendo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 442/98

Cria o sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e dá outras providências

TÍTULO I **DO SISTEMA DE SEGURIDADE FUNCIONAL** **DO ESTADO**

Capítulo Único

Disposição Introdutória

Art. 1º - Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Atendimento Médico-Hospitalar, de que são beneficiários, nos termos desta Lei, os agentes públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.

TÍTULO II

DA SEGURIDADE FUNCIONAL DO ESTADO

Capítulo I

Disposição Preliminares

Art. 2º - O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, autarquia criada pela Lei Estadual nº 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é transformado em instituição, sem fins lucrativos, com personalidades jurídicas de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, e a denominação de PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 3º - A PARANAPREVIDÊNCIA será ente de cooperação governamental, no cumprimento, pelo Estado do Paraná, de suas obrigações de Seguridade Funcional, e terá por finalidade gerir o respectivo Sistema, segundo regime de benefícios e serviços previstos nesta Lei, e que, formal e materialmente, é parte integrante da mesma.

Art. 4º - A PARANAPREVIDÊNCIA terá como sede e foro a Capital do Estado, e sua duração será por prazo indeterminado.

Capítulo II

Da Vinculação da Instituição

Art. 5º - A PARANAPREVIDÊNCIA vincula-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado da Administração, que supervisionará a execução do Contrato de Gestão a ser celebrado ela e o Estado do Paraná, observado o disposto nesta Lei, no Estatuto da Instituição.

Art. 6º - Preservada a autonomia da PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão a que se refere o artigo anterior, terá por finalidade:

a) estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão da Instituição, nos campos administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro;

b) fixar metas;

c) estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANAPREVIDÊNCIA;

d) avaliar desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimento aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;

e) preceituar parâmetros para a contratação, gestão e dispensa de pessoal, sob o regime trabalhista, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

f) cláusula de homologação do plano de aplicação e investimentos pelo Secretário de Estado da Administração;

g) formalizar outras cláusulas, conforme previsto em dispositivos desta Lei.

Art. 7º - Competirá à Secretaria de Estado da Administração, por seu Titular, em relação a PARANAPREVIDÊNCIA:

I - promover os atos necessários à alteração da natureza jurídica do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, determinada por esta Lei, mediante:

a) celebração da escritura pública da entidade e formalização do respectivo Estatuto, segundo textos previamente submetidos ao Governador do Estado, e por este aprovados;

b) registro dos instrumentos referidos na alínea anterior, no Ofício das Pessoas Jurídicas;

II - homologar para o fim de conferir-lhes eficácia, os atos referidos nas alíneas b, d, e, g, h, i e m, do inciso I do Art. 12, e os demais previstos em outros dispositivos desta Lei.

III - celebrar, com a PARANAPREVIDÊNCIA, o Contrato de Gestão.

IV - encaminhar as contas anuais da entidade do Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente, bem como da deliberação, a respeito, do Conselho de Administração.

V - apreciar e enviar ao Governador do Estado, para aprovação, após ouvido o Conselho de Administração, propostas de alteração do Estatuto da Instituição e do Contrato de Gestão, promovendo a ulterior formalização das modificações;

VI - praticar os demais atos previstos por esta Lei como de sua competência.

CAPÍTULO III

Da Estrutura Administrativa Superior

Seção I
Dos Órgãos

Art. 8º - A PARANAPREVIDÊNCIA contará, em sua estrutura administrativa superior, com os seguintes órgãos:

I - Conselho de Administração, como órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior.

II - Diretoria, como órgão executivo, composto por:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor de Administração;
- c) Diretor de Previdência;
- d) Diretor de Finanças e Patrimônio
- e) Diretor Jurídico;
- f) Diretor de Serviços Médico-Hospitalares.

III - Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização e controle interno.

Art. 9º - Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão nomeados e os Diretores do Órgão Executivo serão designados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º - O primeiro mandato da metade do número de integrantes do Conselho de Administração e da maioria simples do Conselho Fiscal, bem como dos respectivos suplentes, será de 2 (dois) anos, na forma do que dispuser o Estatuto.

§ 2º - A titularidade das funções dos Diretores, bem como dos Presidentes de Conselho e dos Conselheiros de escolha do Governador do Estado e do Secretário de Estado da Administração, cessará, antes do prazo estabelecido neste artigo, com o término do mandato do Governador que procedeu à respectiva designação.

§ 3º - Quando for requisito de investidura, como Diretor ou Conselheiro, a condição de segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, a perda da mesma acarretará a extinção do mandato ou função.

§ 4º - Em qualquer hipótese, o Diretor, Presidente de Conselho ou Conselheiro permanecerá no exercício da função, até que seu sucessor assuma.

§ 5º - Os Diretores, Presidentes de Conselho e Conselheiros serão pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que praticarem, com dolo, desídia ou fraude.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 10 - O Conselho de Administração será integrado por seu Presidente e por 08 (oito) Conselheiros efetivos e 04 (quatro) suplentes, todos escolhidos dentre pessoas com formação superior e de reconhecida capacidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, direito, medicina ou engenharia.

§ 1º - Serão de livre escolha do Governador do Estado:

- a) o Presidente do Conselho
- b) 2 (dois) Conselheiros efetivos, dos quais 1 (um) segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA;
- c) 1 (um) Conselheiro suplente.

§ 2º - O Secretário de Estado da Administração indicará 1 (um) Conselheiro efetivo, segurado inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA, e 1 (um) suplente.

§ 3º - Segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário de Estado da Administração, os segurados ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicarão, dentre si, 6 (seis) nomes, que serão submetidos ao Governador do Estado, o qual, dentre eles, indicará 1 (um) Conselheiro efetivo e 1 (um) suplente.

§ 4º - Nos mesmos termos do parágrafo anterior, caberá aos segurados inativos e aos pensionistas inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, a indicação, dentre si, de 6 (seis) nomes que serão submetidos ao Governador do Estado, o qual, dentre eles, indicará 1 (um) Conselheiro efetivo e 1 (um) suplente.

§ 5º - Os demais Conselheiros serão assim indicados:

- a) 1 (um) efetivo, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- b) 1 (um) efetivo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- c) 1 (um) efetivo, pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná.

§ 6º - As indicações a que se referem o parágrafo anterior, serão feitas no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

a) a contar da comunicação formalizada, pelo Secretário de Estado da Administração, às entidades legitimadas para a escolha, no tocante à primeira composição do Conselho;

b) antes do término do mandato dos respectivos Conselheiros antecessores, nas seguintes.

§ 7º - Na hipótese de não-atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a escolha dos Conselheiros a que os mesmos se referem passará à competência do Governador do Estado.

§ 8º - Para poderem ser indicados como integrantes do Conselho de Administração, os servidores públicos do Estado do Paraná deverão contar com, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício em cargo público estadual.

Art. 11 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros, e deliberará por maioria simples dos presentes, salvo exceção prevista nesta Lei.

§ 1º - O Presidente do Conselho terá voz e voto, inclusive o desempate.

§ 2º - O Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA participará das reuniões do Conselho, com diretor a voz, mas sem voto.

§ 3º - Os Conselheiros perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções, a importância equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração do Diretor-Presidente.

Art. 12 - Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar:

a) o Regimento Interno da PARANAPREVIDÊNCIA;

b) as Diretrizes Gerais de atuação da Instituição;

c) o Contrato de Gestão e suas alterações;

d) a Nota Técnica Atuarial e a regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares, de Custeio, e de Aplicação e Investimentos;

e) o Orçamento anual e o plurianual;

f) o Plano de Contas;

g) as Normas de Administração e o Plano de Cargos e Salários do pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA;

h) o Regulamento de Compras e Contratações, em todas as suas modalidades;

i) o valor da remuneração dos Diretores;

j) o Parecer Atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-Hospitalares;

l) o Relatório Anual da Diretoria;

m) os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais da Instituição.

II - autorizar a aceitação de bens oferecidos, pelo Estado, a título de dotação patrimonial, nos termos do Art. 86, e seus parágrafos;

III - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doação com encargo;

IV - manifestar-se, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a proposta de alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA;

V - pronunciar-se sobre qualquer outro assunto, de interesse da PARANAPREVIDÊNCIA, e que lhe seja submetido pelo Secretário de Estado da Administração, pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA ou pelo Conselho Fiscal;

VI - praticar os demais atos atribuídos, por esta Lei, à sua competência.

Seção III

Das Diretorias

Art. 13 - Os Diretores serão indicados, ao Governador do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração, dentre pessoas qualificadas para a função, com formação de nível superior e atuação anterior na mesma área ou em outra afim, sendo os Diretores de Administração e Judiciário, obrigatoriamente escolhidos entre os segurados inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 14 - Ao Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA compete:

I - representar a entidade;

II - coordenar as Diretorias da Instituição, presidindo suas reuniões conjuntas;

III - elaborar o Orçamento anual e plurianual da Instituição;

IV - autorizar, conjuntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, as aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos Fundos (Art. 28) e com os do Patrimônio Geral da PARANAPREVIDÊNCIA (Art. 31), atendido o disposto no Art. 32, e seus parágrafos, e o Plano de Aplicações e Investimentos (Art. 12, I, d);

V - celebrar, em nome da Instituição, o Contrato de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros (Art. 12, I, c e h);

VI - praticar, conjuntamente com o Diretor de Administração, os atos relativos a admissão, dispensa, promoção, licenciamento e punição de pessoal, bem como o de pedido de colocação de terceiros à disposição da PARANAPREVIDÊNCIA;

VII - praticar, conjuntamente com o Diretor de Previdência, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários;

VIII - encaminhar as contas anuais da Instituição, para a deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente;

IX - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência;

X - exercer competência residual, quando inexistir atribuição específica e órgão da estrutura administrativa superior da Instituição.

Parágrafo Único - Nas reuniões da Diretoria, inclusive para deliberação sobre o relatório e a prestação de contas anuais aplicar-se-á, no que couber, o estatuído pelo Art. 11, caput, e § 1º.

Art. 15 - Ao Diretor da Administração compete as matérias concernentes aos recursos humanos e aos serviços gerais e de informática, inclusive quando prestados por terceiros.

Art. 16 - Ao Diretor de Previdência compete as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas, ao processamento das concessões de benefícios previdenciários e das respectivas folhas de pagamento; os cálculos atuariais e o acompanhamento e controle da execução dos Planos de Benefícios Previdenciários e do respectivo Plano de Custeio Atuarial.

Art. 17 - Ao Diretor de Finanças e Patrimônio compete a gestão orçamentária, o planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil e às aplicações e investimentos, e a gerência dos bens pertencentes a PARANAPREVIDÊNCIA, velando por sua integridade.

Art. 18 - Ao Diretor Jurídico compete a representação judicial da PARANAPREVIDÊNCIA, a coordenação dos trabalhos jurídicos relativos à entidade, a emissão de pareceres conclusivos acerca dos pedidos de concessão de benefícios e de inscrição de segurados, dependentes e pensionistas, assim como as atividades de natureza técnico-jurídica em geral.

Art. 19 - Ao Diretor de Serviços Médicos-Hospitalares compete as ações relativas aos serviços médicos, hospitalares e complementares, de que trata esta Lei, inclusive quando prestados por terceiros.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 20 - O Conselho Fiscal compor-se-á de seu Presidente e de 5 (cinco) Conselheiros efetivos e 3 (três) suplentes, todos com a qualificação pertinente, formação de nível superior e experiência na área ou em outra afim, observando o seguinte:

I - O Presidente, e respectivo suplente, serão de livre escolha do Governador do Estado;

II - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Secretário de Estado da Administração;

III - 1 (um) efetivo e 1 (um) suplente serão indicados pelo Conselho de Administração;

IV - segundo regulamentação a ser expedida pelo Secretário da Administração, os segurados ativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, indicarão, dentre si, 6 (seis) nomes e os inativos e

pensionistas outros 6 (seis) nomes, que serão submetidos ao Governador do Estado, o qual dentre eles, indicará 2 (dois) Conselheiros efetivos, sendo 1 (um) ativo e 1 (um) inativo ou pensionista.

V - 1 (um) efetivo será indicado pela Assembléia Legislativa.

§ 1º - Os Conselheiros a que se referem os incisos II, IV e V do artigo anterior serão escolhidos, obrigatoriamente, dentre os segurados inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, atendido o requisito prescrito pelo Art. 10, § 8º.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

§ 4º - O Presidente do Conselho terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

Art. 21 - É da competência do Conselho Fiscal:

I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o balanço e as cotas anuais da Instituição, encaminhando-os ao Conselho de Administração, para deliberação;

II - opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA;

III - emitir pareceres prévios a respeito do plano de cargos e salários, e sobre a regularidade das operações previstas no Art. 12, III;

IV - comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único - No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, para contratação, perito de sua escolha.

Capítulo IV

Da Estrutura Organizacional e do Pessoal

Art. 22 - A estrutura organizacional da PARANAPREVIDÊNCIA será estabelecida em seu Estado.

Art. 23 - A PARANAPREVIDÊNCIA, nos termos de seu Estatuto, poderá manter Coordenadorias de representação regional e Agências de atendimentos em outras localidades.

Art. 24 - O Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA poderá dispor sobre a instituição de Ouvidoria e Órgão de Controle Interno.

Art. 25 - O regime jurídico do pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA será o trabalhista e sua administração se dará mediante processo seletivo.

Art. 26 - Será instituído Plano de Cargos e Salários para o pessoal da PARANAPREVIDÊNCIA, aprovado por seu Conselho de Administração.

Capítulo V

Do Patrimônio e Das Receitas

Art. 27 - A PARANAPREVIDÊNCIA constituirá, como parte de seu patrimônio, mas com identidade jurídico-contábil, Fundos de Natureza Previdenciária (de Previdência e Financeiro) e Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, com destinação específica, respectivamente, aos Planos de Benefícios Previdenciários e ao Plano de Serviços Médico-Hospitalares.

Parágrafo Único - Os Fundos de Natureza Previdenciária e o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, integrantes do patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA, serão dotados, cada um, da identidade jurídico-contábil estabelecida pelo caput deste artigo, e arcarão com as responsabilidades pelos benefícios e serviços correspondentes, sendo-lhes destinados recursos respectivos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariamente ou supletividade entre eles.

Art. 28 - O Fundo de Natureza Previdenciária e o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares serão constituídos:

I - pelas correspondentes contribuições mensais do Estado, dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas;

II - pelas doações efetivadas pelo Estado e destinados especificamente a cada um dos Fundos (Art. 86, e parágrafos);

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos, e da alienação de bens integrantes de cada Fundo;

IV - pelos aluguéis e outros rendimentos derivados dos bens componentes de cada Fundo;

V - pelos demais bens e recursos eventuais que forem destinados e incorporados a cada um dos Fundos, desde que aceitos pelo Conselho de Administração.

§ 1º - O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios aos atuais servidores públicos, participantes do Programa de Previdência, que, na data de publicação desta lei, contem, se do sexo masculino, com até 50 (cinquenta) anos de idade, inclusive; e, se do sexo feminino, com até 45 (quarenta e cinco) anos, inclusive; e dos que, preenchidos os mesmos requisitos, tomarem posse

a partir de então, considerando, para efeito de limite etário, a data da mesma.

§ 2º - O Fundo de Previdência arcará, igualmente, com o pagamento dos benefícios dos pensionistas vinculados aos servidores públicos a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º - O Fundo Financeiro atenderá com o pagamento dos benefícios de previdência funcional dos servidores públicos estaduais inativos e os pensionistas, que na data de publicação desta lei, recebam do Estado, os valores dos respectivos benefícios; dos servidores públicos ativos ou em disponibilidade que, na data de publicação desta lei, tiverem idade superior à fixada no § 1º deste artigo; e dos servidores públicos estaduais, que ao tomarem posse, a partir da data da implantação da PARANAPREVIDÊNCIA, contem com idade superior à fixada no § 1º deste artigo;

§ 4º - O Fundo Financeiro arcará, igualmente, com o pagamento dos benefícios dos pensionistas vinculados aos servidores públicos a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º - Por proposta do Secretário de Estado da Administração, e desde que haja a respectiva fonte efetiva de custeio atuarial total, o Conselho de Administração poderá ampliar os limites etários fixados no § 1º.

§ 6º - O Fundo de Serviços Médico-Hospitalares arcará com as despesas referentes aos serviços médicos, hospitalares e complementares nos termos dos Arts. 77 a 79.

Art. 29 - São Receitas Previdenciárias Vinculadas a cada um dos Fundos as verbas fornecidas pelo Estado e necessárias:

I - ao pagamento dos benefícios de previdência funcional e que faça ou vierem a fazer jus:

a) aos servidores públicos estaduais inativos e os pensionistas, que na data de publicação desta lei, recebam do Estado, os valores dos respectivos benefícios;

b) os servidores públicos estaduais ativos ou em disponibilidades que, na data mencionada no inciso anterior, tiverem idade superior à fixada no § 1º do Art. 28;

c) os servidores públicos estaduais, enquadrados no limite etário referido no inciso anterior, que vierem a tomar posse, a partir da data da implantação da PARANAPREVIDÊNCIA;

d) os pensionistas vinculados aos servidores públicos referidos nas alíneas a a c;

II - a implantação, manutenção, ampliação e prestação dos Serviços Médico-Hospitalares;

III - as contribuições do Estado, dos segurados e dos pensionistas.

§ 1º - Também constituem Receitas Previdenciárias Vinculadas os recursos a que se referem o Art. 104, e seus parágrafos.

§ 2º - As receitas de que trata este artigo são destinadas, com exclusividade, a seus fins.

Art. 30 - São Receitas Administrativas Vinculadas:

I - as importâncias, em dinheiro, vertidas, pelo Estado, a PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos desta natureza, dos Fundos de Natureza Previdenciária, no percentual de 1,50% (um e meio por cento), percentual este incidente sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, incluídos os recursos mencionados no Art. 84 e parágrafos.

II - as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado a PARANAPREVIDÊNCIA especificamente para cobrir os gastos desta natureza do Fundo de Serviços Médico-Hospitalares, no percentual de até 5% (cinco por cento), percentual este incidente sobre o montante total das contribuições do Estado, segurados e pensionistas, destinadas a este Fundo.

Parágrafo Único - Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas necessárias à execução do Plano de Aplicação e Investimentos.

Art. 31 - Os bens e recursos havidos pela PARANAPREVIDÊNCIA, e não abrangidos pelos Arts. 28 a 30, comporão seu Patrimônio Geral.

Art. 32 - As aplicações e investimentos efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez e economicidade, e obedecerão a diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, que aprovará o respectivo Plano.

§ 1º - Não incide o princípio da licitação sobre as aplicações, investimentos e contratações efetuados, para garantia e execução de suas obrigações, realizadas com os recursos dos Fundos, por sua natureza de operações inerentes ao respectivo regime financeiro, obrigatoriamente adotado no Programa a cargo daquele.

§ 2º - No tocante aos recursos dos Fundos de Natureza Previdenciária, as solicitações e investimentos, além do preceito no caput deste artigo, atenderão à taxa de juros atuarialmente fixadas e às regras federais sobre limites máximos de aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência privada, garantidores de suas obrigações.

§ 3º - Excluem-se da incidência normativa de que trata o parágrafo anterior as regras federais que

estabeleçam compulsoriedade para determinadas espécies de aplicações.

§ 4º - Não estão sujeitos aos limites no § 2º, deste artigo os bens móveis e imóveis que compõem as doações efetuadas pelo Estado a PARANAPREVIDÊNCIA (Art. 28, II, e 86, e parágrafos), em relação aos quais fica estipulado o prazo de 10 (dez) anos para o enquadramento nos citados limites.

Art. 33 - É vedado a PARANAPREVIDÊNCIA atuar como instituição financeira, bem como prestar fiança, aval, ou obrigar-se, de favor, por qualquer outra forma.

Capítulo VI

Dos Inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA

Seção I

Da Caracterização

Art. 34 - Serão obrigatoriamente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA os servidores públicos estaduais, estatutários, civis e militares, ativos, com vínculo funcional permanente, de todos os Poderes, inclusive o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, bem como das respectivas administrações públicas, direta, autárquica e funcional.

§ 1º - Enquadram-se no conjunto de agentes públicos, abrangidos pelo caput deste artigo, aqueles servidores que se encontrem à disposição, cedidos ou em disponibilidades e os serventuários de justiça remunerados pelos cofres públicos.

§ 2º - Estarão igualmente sujeitos à inscrição obrigatória os dependentes e pensionistas vinculados aos servidores públicos referidos no caput e § 1º deste artigo.

§ 3º - Celebrados os convênios previstos no Art. 74, e seu parágrafo único, os agentes públicos, neles referidos e seus dependentes e pensionistas terão de inscrever-se, obrigatoriamente, na PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 4º - Os agentes públicos estaduais não enquadrados nas categorias referidas no caput e nos § 1º e 3º deste artigo, inclusive os regidos pela legislação do trabalho, não poderão inscrever-se na PARANAPREVIDÊNCIA.

Seção II

Da Inscrição na Paranaprevidência

Art. 35 - Atendido o disposto no artigo anterior, e seus parágrafos, aquele que, na data da publicação desta lei, forem servidores públicos estaduais, assim como seus dependentes e pensionistas, serão, automática e obrigatoriamente, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 36 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive o Ministério Público, Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, fornecerão à PARANAPREVIDÊNCIA, no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar da data da solicitação formalizada pela Entidade, os dados cadastrais disponíveis de cada um dos servidores, dependentes e pensionistas, bem como a documentação relativa aos mesmos.

§ 1º - A PARANAPREVIDÊNCIA e a Secretaria de Administração desenvolverão, em conjunto, trabalho de recadastramento geral, abrangendo todos os servidores ativos e inativos, dependentes e pensionistas, trabalho este que deverá ser iniciado logo após a formalização do Contrato de Gestão a que se referem os Art. 5º e 6º e estar terminado no prazo de 2 (dois) anos, a contar da referida data, podendo, para tanto, ser contratada empresa especializada.

§ 2º - A PARANAPREVIDÊNCIA poderá, se necessário, exigir, a qualquer tempo, do servidor, dependente ou pensionista, que complemente a sua documentação, no prazo máximo de 2 (dois) meses da data da solicitação, sob pena da suspensão quanto à fruição de benefício.

§ 3º - Enquanto não fornecida a documentação competente, a PARANAPREVIDÊNCIA não assumirá o encargo de pagamento do benefício ao servidor, dependente ou pensionista.

Art. 37 - Respeitado o disposto no Art. 34, e seus parágrafos, os agentes públicos estaduais serão, ao tomarem posse, compulsoriamente inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º No ato de assunção do cargo público, o servidor preencherá e firmará os documentos de inscrição, com indicação de seus dependentes, para o efeito de também inscrevê-los, tudo acompanhado da documentação hábil.

§ 2º - As modificações na situação cadastral do servidor, ou de seus dependentes, e dos pensionistas, deverão ser imediatamente comunicadas à PARANAPREVIDÊNCIA, com a apresentação da documentação comprobatória.

§ 3º - No ato de inscrição, o servidor declarará, obrigatoriamente, qual o tempo de serviço anterior, sob qualquer regime, que irá averbar para efeito de aposentadoria na qualidade de servidor estadual, apresentando a documentação correspondente.

§ 4º - O servidor terá o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da inscrição, para formalizar a averbação objeto do parágrafo anterior.

§ 5º - Aqueles que forem servidores público estaduais ativos na data de formalização do Contrato de Gestão a que se referem os Arts. 5º e 6º, e referido no Art. 34, uma vez inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, deverão atender ao dis-

posto nos §§ 3º e 4º anteriores, respectivamente no prazo de 1 (um) mês e de 6 (seis) meses, a contar da notificação para tal fim.

§ 6º - Não atendidos os prazos estabelecidos nos §§ 4º e 5º, caberá ao Estado tomar as providências necessárias a que o servidor promova a averbação do tempo de serviço, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação formalizada pela PARANAPREVIDÊNCIA ao Estado, após o que os ônus decorrentes da averbação correrão por conta do último.

Art. 38 - Os dependentes enumerados nos incisos I e II do art. 42, poderão promover sua inscrição, se o servidor tiver falecido, sem tê-la efetivado.

Art. 39 - A inscrição é pré-requisito para a percepção de qualquer benefício.

Art. 40 - O cancelamento da inscrição do servidor na PARANAPREVIDÊNCIA dar-se-á:

I - por seu falecimento;

II - pela perda de sua condição de servidor público estadual, ativo ou inativo;

§ 1º - A inscrição do dependente ou pensionista será cancelada quando deixar de preencher as condições necessárias à manutenção da mesma, inclusive quanto ao cônjuge, em face de separação judicial, fática, ou divórcio e, nestas mesmas condições, ao convivente na união estável, por dissolução desta.

§ 2º - Quando aos agentes públicos de que trata o Art. 74, será observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, e o prescrito nos convênios a que se refere aquele primeiro dispositivo citado.

TÍTULO III

DO PROGRAMA DE PREVIDÊNCIA

Capítulo I

Dos Segurados E Dependentes

Art. 41 - Considerado o disposto no Art. 34, e seus parágrafos, são segurados obrigatórios do Programa de Previdência:

I - segurados ativos - os servidores públicos estaduais ativos ou em disponibilidade inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA;

II - segurados inativos - os servidores públicos estaduais inativos, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, compreendendo os aposentados civis e os militares reformados ou da reserva remunerada.

Parágrafo Único - Ressalvado o disposto no Art. 74, parágrafo único, os agentes públicos temporários de qualquer espécie serão segurados do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 42 - São dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou convivente, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável:

II - os filhos, desde que:

a) menores de 21 (vinte e um) anos e não emancipados;

b) definitivamente inválidos ou incapazes, se solteiros e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício;

c) estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, se menores de 25 (vinte e cinco) anos, solteiros e sem renda;

§ 1º - Equiparam-se a filhos, nas condições do inciso II, o enteado ou filho do convivente do segurado, desde que comprovadamente esteja sob a dependência e sustento deste, e que não seja credor de alimentos e nem receba benefício previdenciário do Estado do Paraná ou de outros Sistema de Seguridade ou Previdência, inclusive privados.

§ 2º - O nascituro, cuja filiação seja reconhecida pela PARANAPREVIDÊNCIA, terá seus direitos à inscrição e benefícios assegurados.

§ 3º - Para efeitos desta lei, observadas as regras que forem editadas em Regulamento, a união estável de que trata o Art. 226, §3º da Constituição Federal, somente será reconhecida ante a existência de coabitação em regime em regime marital, mediante residência sob o mesmo teto, como se marido e mulher fossem os conviventes, por prazo não inferior a 2(dois) anos, prazo este dispensado, quando houver prole comum.

§ 4º - Não será computado o tempo de coabitação simultânea, mesmo em teto distinto, entre o segurado e mais de uma pessoa.

§ 5º - Inexistindo os dependentes enumerados nos incisos I e II deste artigo, o segurado poderá inscrever como seus dependentes para o Regime de Previdência mediante a devida comprovação de dependência econômica e atendidos aos requisitos estabelecidos em regulamento:

a) os pais;

b) o irmão, menor de 21 (vinte e um) anos e não emancipado ou definitivamente inválido ou incapaz, se solteiro e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício;

c) o menor que, por determinação judicial, esteja sob tutela ou guarda do segurado, desde que comprovadamente resida com este, não seja credor de alimentos e não possua condições suficientes para o próprio sustento.

§ 6º - As pessoas enumeradas nas alíneas a, b e c do parágrafo anterior só poderão ser inscritas no Regime de Previdência ou auferir benefícios mantidos pelo Programa de Previdência, desde que comprovadamente não possuam recursos e estejam sob

a dependência e sustento do segurado e que não recebam nenhum benefício previdenciário do Estado do Paraná ou de outro Sistema de Seguridade ou Previdência, inclusive privados.

§ 7º - São considerados pessoas sem recursos, para os fins desta lei aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo vigente.

§ 8º - As condições e meios para comprovação de dependência das pessoas enumeradas nos incisos I e III deste artigo serão verificados pela PARANAPREVIDÊNCIA, conforme estabelecido em Regulamento, sem o que não se efetivará a inscrição ou concessão de benefícios.

§ 9º - Do indeferimento da inscrição de dependente, poderá haver recursos nos termos do disposto no Art.63, e seus parágrafos.

§ 10 - São pensionistas os dependentes que se encontrarem fruindo um dos benefícios previdenciários enumerados no inciso II do Art. 44.

Art.43 - A perda da condição de segurado, dependente ou pensionista dar-se-á nos casos previstos no Art.40, e respectivos parágrafos.

Capítulo II

Dos Benefícios

Seção I

Disposições Introdutórias

Art. 44 - Os benefícios do Programa de Previdência, compreendem:

I - quanto aos segurados:

a) aposentadoria por invalidez permanente;

b) aposentadoria compulsória por implemento de idade;

c) aposentadoria voluntária por tempo de serviço;

d) aposentadoria voluntária por implemento de idade;

II - quanto aos dependentes:

a) pensão por morte;

b) pensão provisória, devida em decorrência de ausência ou prisão do segurado.

§ 1º - A lei poderá instituir benefícios adicionais, que somente serão implementados, se assegurada, por ela, a respectiva fonte efetiva de custeio atuarial total.

§ 2º - serão observadas as disposições constitucionais, federais e estaduais, que dispõem sobre o estatuto funcional dos Membros do Poder Judiciário, dos Promotores e Procuradores de Justiça e dos Conselheiros do Tribunal de Contas, bem como as das Leis Orgânicas nacionais e estaduais da Magistratura e do Ministério Público Estadual.

Seção II

Das Aposentadoria

Subseção I

Da Aposentadoria por Invalidez Permanente

Art. 45 - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo público, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez permanente será procedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º - Correrão diretamente por conta e responsabilidade do Estado o ônus financeiro, e o pagamento respectivo, relativos às licenças de que trata o parágrafo anterior.

Art. 46 - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica constituída, nos termos estabelecidos em regulamento, pelo Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, aprovado pelo Conselho e homologado pelo Secretário de Administração.

Parágrafo Único - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 47 - Em caso de doença que imponha afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica, a aposentadoria por invalidez permanente independerá de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato de sua concessão.

Art. 48 - A aposentadoria por invalidez permanente, observado o disposto no Art. 113, terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição do segurado, salvo quando decorrer de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas pela junta médica, hipóteses em que os proventos serão integrais.

§ 1º - Os proventos de que trata este artigo, somente serão calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência da contribuição previdenciária.

§ 2º - Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis a tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose

anquilosante, nefropatia grave, estado avançado do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (Aids), esclerose múltipla, contaminação de radiação e outras que forem indicadas em lei, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade, com base na medicina especializada.

§ 3º - O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de outrem, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4º - O acréscimo de que trata o parágrafo anterior não poderá fazer com que os proventos superem a respectiva integridade e nem será incorporado para efeito de cálculo da pensão.

Subseção II

Da Aposentadoria Compulsória

Por Implemento de Idade

Art. 49 - A aposentadoria compulsória é devida ao segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade, e terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição do servidor, calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência da contribuição previdenciária.

Subseção III

Da Aposentadoria

Voluntária por tempo de Serviço

Art. 50 - a aposentadoria voluntária por tempo de serviço, observado o disposto no Art. 113, será devida ao segurado ativo que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, ou 30 (trinta) se mulher, cumprida a idade mínima de 60 (sessenta) anos o homem ou de 55 (cinquenta e cinco) a mulher, desde que cumpridos 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público estadual e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará o benefício.

§ 1º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos neste inciso serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Subseção IV

Da Aposentadoria

Voluntária Por Implemento de Idade

Art. 51 - A aposentadoria voluntária por implemento de idade, observado o disposto no Art. 113, será devida ao segurado ativo que a requerer, depois de complementar 65 (sessenta e cinco) anos

de idade, se homem; e 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência da contribuição previdenciária, desde que cumpridos 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público estadual e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará o benefício.

Subseção V

Disposições Gerais sobre as Aposentadorias

Art. 52 - As aposentadorias de que tratam os Arts. 50 e 51 serão devidas a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessivo, e só serão deferidas aos servidores que tiveram contribuído para os fundos de Natureza Previdenciária, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores à protocolização do requerimento de aposentadoria.

Art. 53 - É vedada a acumulação de aposentadoria.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, será o beneficiário notificado para que exerça, no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos e desde que não corresponda a tempo de serviço ou contribuição computado para os efeitos do Art. 55.

§ 3º - A soma do benefício decorrente da legítima acumulação de cargos não poderá ultrapassar o limite estabelecido no Art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 54 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta lei serão calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência da contribuição previdenciária.

§ 1º Para o cálculo de proventos proporcionais ao tempo de contribuição, considerar-se-á fração cujo numerador será o total daquele tempo em anos civis e o denominador o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais no cargo considerado.

§ 2º - Se o segundo tiver sido titular de cargos sob diferentes regimes de aposentadoria voluntária com proventos integrais, somar-se-ão as frações, formadas nos termos do disposto no parágrafo anterior e correspondentes ao tempo de contribuições em cada cargo.

§ 3º - Se tratar de aposentadoria voluntária por tempo de serviço, quer com proventos proporcionais, quer integrais, o segurado somente terá direito à mesma, na hipótese prevista no parágrafo

anterior, caso a soma das frações seja igual ou superior a 1 (um) inteiro.

§ 4º - Não serão consideradas, para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta lei, as promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente, ou sobre as quais não tenha havido contribuição previdenciária por pelo menos 60 meses.

§ 5º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem do servidor deverá juntar, ao processo de inativação, certidão que comprove a legalidade das promoções e vantagens concedidas no período dos 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores à data do requerimento de inativação ou pensão.

Art. 55 - Atendido o disposto no Art. 37, §§ 3º a 6º, desta lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observando o que dispõem os Arts. 202, § 2º, da Constituição Federal; 94 e parágrafo único, 96, inciso I a V, e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei Estadual nº 7.634, de 13 de julho de 1982.

Parágrafo Único - A contagem recíproca estabelecida neste artigo só será considerada uma vez atendido o prazo de que trata o Art. 52.

Seção III

Das Pensões

Subseção I

Da Pensão por Morte

Art. 56 - A pensão por morte será devida ao conjunto de dependentes do segurado, ativo ou inativo, a contar da data do óbito desse, e corresponderá à integralidade da remuneração ou proventos do segurado, sobre os quais havia a incidência da contribuição previdenciária por pelo menos 60 (sessenta) meses.

Subseção II

Da Pensão Provisória Por Ausência

Art. 57 - A pensão provisória por ausência será concedida ao conjunto de dependentes do servidor segurado, ativo ou inativo, a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial declaratória da mesma, e corresponderá à integralidade da remuneração ou aos proventos do servidor, sobre os quais tenha havido contribuição previdenciária por pelo menos (60) sessenta meses.

Parágrafo Único - Os dependentes de segurado desaparecido, em virtude de acidente ou

catástrofe, farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca submetida a PARANAPREV-IDÊNCIA.

Art. 58 - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias recebidas, cabendo ao segurado, se for o caso, e demonstrada má-fé ou dolo, o ressarcimento dos valores pagos.

Subseção III

Da Pensão Provisória Decorrentes de Prisão do Segurado

Art. 59 - A pensão provisória decorrente de prisão do segurado (auxílio reclusão), será concedida ao conjunto de dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receba remuneração nem proventos de inatividade.

§ 1º - A pensão decorrente de prisão consistirá em renda mensal equivalente a 2/3 (dois terços) do vencimento base do servidor e subsistirá enquanto perdurar o seu recolhimento à prisão.

§ 2º - A pensão decorrente de prisão será devida a contar da data em que for requerida pelos dependentes, que deverão instruir seu pedido com certidão do efetivo recolhimento do segurado à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação periódica de declaração de permanência na situação de preso.

§ 3º - Se, cumulativamente com condenação penal, o segurado sofrer perda da função pública, a pensão decorrente de prisão será devida até o terceiro mês subsequente ao da sua libertação.

§ 4º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, o direito à pensão decorrente de prisão extinguir-se-á no dia imediato àquele em que o segurado for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 5º - No caso de falecimento do segurado enquanto preso, a pensão decorrente de prisão será convertida em pensão, salvo na hipótese do § 3º, caso em que o benefício será pago até o terceiro mês seguinte ao do óbito do segurado.

§ 6º - A fuga da prisão, por parte do segurado, implicará a suspensão da pensão.

Subseção IV

Disposições Gerais sobre as Pensões

Art. 60 - Caso não tenha havido contribuição pelo prazo estabelecido nos Arts. 56 e 57, os benefícios de que tratam, serão calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, ficando assegurado, no mínimo, um benefício igual a 60%

(sessenta por cento) da última remuneração sobre a qual o servidor contribuía.

I - Com exceção de benefício decorrente de casal contribuinte ou de segurado enquadrado no Art. 82, é vedada a acumulação de pensão previdenciária.

II - Verificada a existência de acumulação de pensões, será o benefício notificado para que exerça, no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

III - O benefício da pensão será pago ao cônjuge ou convivente, a quem se destinará 50% (cinquenta por cento) do valor, sendo que os restantes 50% (cinquenta por cento) serão pagos, em cotas iguais, aos filhos ou àqueles que a estes forem equiparados.

IV - Inexistindo filhos ou outros dependentes a estes equipados, a pensão será deferida por inteiro ao cônjuge ou convivente.

V - Se o segurado for viúvo, ou se o cônjuge ou convivente não tiver à pensão, será o benefício pago integralmente, em partes iguais, aos demais dependentes enumerados no inciso II, alínea a, b, e c do Art. 42.

VI - Inexistindo os dependentes de quem tratam os incisos I e II do Art. 42, o benefício poderá ser pago integralmente, e em partes iguais, aos dependentes inscritos pelo segurado, conforme o Art. 43.

VII - Não se adiará a concessão do benefício por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

VIII - A divisão do valor da pensão nos termos deste artigo poderá ser refeita a qualquer tempo, se houver habilitação posterior de outros dependentes que façam jus ao benefício.

IX - Concedida a pensão, qualquer habilitação posterior que implique novo rateio do benefício só produzirá efeitos a partir da data em que for deferida a inclusão do dependente, não se fazendo jus a atrasados.

X - Se o ex-cônjuge ou ex-convivente do segurado for credor de alimentos, sua participação na pensão previdenciária levará em conta o respectivo valor dos alimentos que receberia do servidor.

XI - No caso do inciso anterior, o valor do benefício será calculado mediante a incidência do valor dos alimentos sobre o valor da pensão, dividindo-se o valor remanescente com observância do que dispõem o caput e os incisos III a V deste artigo, e, caso não haja outros dependentes, o valor remanescente será cancelado.

XII - O valor da pensão decorrente de legítima cumulação, não poderá ultrapassar o limite estabelecido no Art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 61 - A cota da pensão será extinta pelo adimplemento de idade (Art. 42, I, a e c), pela cessação da invalidez ou incapacidade, pelo casamento ou morte do dependente, ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 1º - O pensionista que constituir união estável com terceiro, perderá o direito ao benefício.

§ 2º - O casamento ou a constituição da união estável, conforme referido no parágrafo anterior, deverá ser comunicado imediatamente pelo pensionista a PARANAPREVIDÊNCIA, sob pena de se obrigar ao ressarcimento dos valores indevidamente recebidos, podendo a PARANAPREVIDÊNCIA, de ofício, promover o cancelamento da inscrição do pensionista e do pagamento do benefício, independentemente da responsabilização do omissor.

§ 3º - Observado o disposto no inciso XI do Art. 60, sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 4º - Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.

Seção IV

Disposições Gerais sobre os Benefícios Previdenciários

Art. 62 - Concedido o benefício previdenciário, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único - Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o pagamento do benefício será imediatamente suspenso e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 63 - O despacho conjunto, do Diretor-Presidente e do Diretor de Previdência, que indeferir a concessão de benefício previdenciário, poderá ser objeto de recurso dirigido ao Conselho de Administração.

§ 1º - O recurso de que trata este artigo deverá ser protocolado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação do indeferimento.

§ 2º - Oferecido o recurso, este será relatado pela Diretoria Jurídica e remetido, pelo Diretor de Previdência, ao Conselho de Administração, que proferirá sua decisão em reunião ordinária.

Art. 64 - O segurado aposentado por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, serão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem, periodicamente, a exame a cargo de junta médica, constituída nos termos do

Art. 46, para o efeito de se comprovar a persistência da invalidez.

Art. 65 - Sem prejuízo do direito ao benefício, não haverá pagamento de atrasados, se este não requerido no prazo de 6 (seis) meses contados da data do fato gerador do benefício.

Art. 66 - O benefício será pago diretamente ao segurado ou pensionista, salvo em caso de justificado impedimento, quando será pago a procurador, cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

§ 1º - O pagamento de benefício devido ao segurado ou pensionistas, civilmente incapaz ou ausente, poderá ser feito ao cônjuge ou convivente, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta, e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a curador natural, reconhecido como tal pela PARANAPREVIDÊNCIA, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

§ 2º - O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 67 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente individual ou por autorização de pagamento, nos termos de regulamentação a ser editada pelo Diretor Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA e aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos.

Art. 68 - Salvo quanto ao valor devido ao Programa de Previdência ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito sua cessação, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de procuração, com poderes irrevogáveis ou em causa própria, para o seu recebimento.

Art. 69 - Podem ser descontados da remuneração, proventos e benefícios:

I - as contribuições e valores devidos pelos segurados e pensionistas aos Fundos de Natureza Previdenciária e de Serviços Médico-Hospitalares;

II - os valores pagos indevidamente pela PARANAPREVIDÊNCIA;

III - O imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

IV - a pensão de alimentos decretada em decisão judicial;

V - as contribuições e mensalidades sindicais autorizadas pelos servidores.

§ 1º - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em parcelas, de forma que não exceda 20% (vinte por cento) do valor do benefício.

§ 2º - No caso de má-fé, o percentual a que se refere o parágrafo anterior poderá chegar a 50% (cinquenta por cento).

Art. 70 - Os proventos da aposentadoria e as pensões revistos na mesma proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

§ 1º - Para efeitos deste artigo, sob pena de responsabilidade, qualquer reajuste, revisão ou modificação na remuneração ou no plano de carreira dos servidores deverá ser precedido de estudo atuarial para a necessária compatibilização dos respectivos Planos de Custeio Atuarial.

§ 2º - A concessão de quaisquer benefícios ou vantagens aos servidores em atividade e sua extensão aos segurados inativos e pensionistas, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou de que era titular o segurado na data de seu falecimento, somente poderá ocorrer após procedidos os necessários estudos atuariais para cobrança das respectivas contribuições previdenciárias a serem pagas pelo Estado e beneficiários, bem como a adaptação do Programa de Benefícios Previdenciários e do respectivo Programa de Custeio Atuarial.

§ 3º - Salvo em caso de divisão, nenhum dos benefícios previstos nesta lei terá valor inferior a um salário mínimo.

Art. 71 - Excetuando o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 72 - Mediante justificação processada perante a PARANAPREVIDÊNCIA, nos termos a serem estabelecidos em Regulamento editado pelo Diretor Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA e aprovado pelo Conselho de Administração, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos segurados, dependentes e pensionistas, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 73 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplica-se o disposto no Art. 38 da Constituição Federal e nos Arts. 60 e 61 desta lei.

Seção V

Do Regime Previdenciário

Dos Membros do Poder Legislativo Estadual

E dos Titulares de Cargos em Comissão

Art. 74 - Consoante o disposto no Art. 255 da Constituição Estadual, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará convênio com todos os Poderes, inclusive o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, tendo por objeto assegurar aos detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual e aos titulares de cargos em comissão, que não sejam servidores efetivos, os benefícios previdenciários de que trata esta Seção.

Art. 75 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo estadual, e afastado de seu cargo nos termos do Art. 38, I da Constituição Federal, aplica-se o disposto no respectivo inciso V.

Parágrafo Único - O período de afastamento será contado como tempo de serviço, consoante o estatuído no inciso IV do dispositivo constitucional referido neste artigo.

Art. 76 - Os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual que não se encontrarem na situação prevista no artigo anterior, bem como os titulares de cargo em comissão, que não o sejam de cargos efetivos, farão jus, respectivamente, no curso do mandato ou de ocupação do cargo comissionado, ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente, nas mesmas condições previstas nos Arts. 45 a 48, ressalvando-se que a proporcionalidade será calculada sobre o tempo de mandato ou de ocupação de cargo comissionado, conforme disposto no respectivo convênio; e os dependentes terão direito à pensão por morte do parlamentar ou do servidor (Art. 56), se o falecimento se der durante o período do mandato ou da ocupação, ou, ainda, na situação, do agente, como inativado ou inválido.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez permanente e a pensão por morte serão concedidas com base em saldo provisionado em Conta Individualizada, cuja formação será regulamentada nos convênios a que se referem o Art. 74, considerando o tempo de mandato ou ocupação de cargo comissionado, respectivamente, e atendidas as condições previstas nos Artigos 49, 50, 51 e 52.

§ 2º - Extinto o mandato parlamentar ou havendo exoneração do cargo em comissão, o saldo acumulado da Conta Individualizada poderá ser, a qualquer tempo, por opção do interessado, resgatado por seu titular, ou pelos dependentes no caso de morte do primeiro; ou destinado a plano previdenciário de entidades abertas de previdência privada ou companhia seguradora legalmente habilitada a conceder benefícios previdenciários.

§ 3º - O resgate ou a destinação prevista no parágrafo anterior será o saldo provisionado, na Conta Individualizada, correspondente às contribuições vertidas pelo Estado e pelo segurado, não ocorrendo reversão de qualquer parcela da Conta Individualizada para o Fundo de Previdência.

TÍTULO IV

DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR

Art. 77 - O Fundo de Serviços Médico-hospitalares, instituído nos termos que dispõem os Arts. 34, XIV, e 42 da Constituição Estadual, e atendendo ao que for estabelecido em Regulamento específico, editado pelo Diretor Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Secretário de Estado da Administração, abrangerá em favor dos segurados (Art. 41), dos dependentes, enumerados no inciso II, alíneas "a" e "b" do Art. 42 e dos pensionistas, serviços médicos, hospitalares e complementares, que poderão ser prestados em estabelecimentos próprios da PARANAPREVIDÊNCIA ou mediante a contratação de prestadores de serviços.

§ 1º - A contratação de terceiros para a prestação dos serviços de que trata este artigo, observado o que dispõem os Arts. 12, I, h e 32, § 1º, será de competência conjunta do Diretor-Presidente e do Diretor de Serviços Médico-Hospitalares, mediante regras a serem estipuladas no Regulamento.

§ 2º - A remuneração dos serviços médico-hospitalares e complementares deverá ser fixada em tabela própria da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 3º - Os dependentes e pensionistas enumerados na alínea c do inciso II e no § 5º do Art. 42 somente serão abrangidos pelos serviços médicos, hospitalares e complementares de que trata este artigo desde que haja, por parte do segurado, contribuição específica, calculada atuarialmente, nos termos a serem fixados em Regulamento pela PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 4º - Mediante convênio aos detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo Estadual e aos titulares de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com o Estado, poderão ser assegurados os serviços médico-hospitalares de que trata este Título.

Art. 78 - Os Serviços Médico-hospitalares a serem estabelecidos no Regulamento de que trata o Art. 77, serão tão amplos quanto permitirem os recursos disponíveis para este fim, assegurando-se,

no mínimo, consultas eletivas e emergenciais, internamento hospitalar e exames complementares.

§ 1º - O Conselho de Administração deverá fixar o nível de cobertura dos serviços, com base na arrecadação prevista, ocasião em que deverá estabelecer:

a) limitação para exames de custo elevado;

b) fixação de elementos moderadores para consultas eletivas, emergenciais e exames complementares.

§ 2º - O Regulamento de que trata o caput deste artigo deverá estabelecer taxativamente os procedimentos que não estarão cobertos pelo Fundo de Serviços Médico-hospitalares.

§ 3º - Na fixação dos elementos moderadores se deverá estabelecer valores mínimos e máximos, a serem pagos pelo segurado ou pensionista.

TÍTULO V

DO CUSTEIO DO SISTEMA DE SEGURIDADE FUNCIONAL

Art. 79 - A contribuição mensal dos segurados e pensionistas, para o Fundo de Previdência, dar-se-á nas seguintes proporções:

I - 10% (dez por cento) sobre a parcela da remuneração, proventos ou pensão que for menor ou igual a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

II - 14% (quatorze por cento) sobre a parcela da remuneração, proventos ou pensão que for superior a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

§ 1º - Na aplicação das faixas de que trata o parágrafo anterior considerar-se-ão:

a) quando servidor ativo, o valor bruto da remuneração percebida;

b) quando inativo, o total bruto dos proventos;

c) quando pensionista, o valor total bruto do respectivo benefício.

§ 2º - O segurado que ao interessar no serviço público estadual contar com idade igual ou superior a 35 anos terá, enquanto na atividade, majorada as contribuições de que trata este artigo, em percentuais calculados atuarialmente.

§ 3º - O cálculo de que trata o parágrafo anterior deverá considerar a idade e o histórico previdenciário do segurado na data de ingresso no serviço público estadual, observada a compensação financeira prevista no Artigo 202, § 2º da Constituição Federal.

Art. 80 - Os assegurados ativos, ativos e os pensionistas contribuirão, mensal e obrigatoriamente, para o Fundo de Serviços Médico-hospitalares, com percentual de 1% (um por cento) sobre o total de sua remuneração, proventos e pensão.

Art. 81 - No caso de acumulação de cargos, as contribuições de que tratam os Arts. 79 e 80 serão calculadas sobre a soma das correspondentes bases contributivas.

Art. 82 - As contribuições dos detentores de mandato eletivo do Poder Legislativo Estadual e dos titulares de cargos em comissão, sem vínculo funcional efetivo, para cobertura dos benefícios previdenciários, e para formação da Conta Individualizada de que trata o Artigo e seus parágrafos, serão objetos de fixação nos convênios neles mencionados.

Parágrafo Único - Para a fruição dos serviços de que cuida o Art. 77, § 4º, a contribuição dos agentes públicos referidos neste artigo será a do Art. 80.

Art. 83 - Os benefícios previdenciários a que fazem jus os segurados inativos e pensionistas de que trata o Art. 29 serão custeados, com as verbas estaduais contempladas no referido dispositivo.

§ 1º - Será obrigação do Estado fornecer à PARANAPREVIDÊNCIA a totalidade dos recursos referidos no caput deste artigo, até o dia 29 (vinte e nove) do mês de competência, já efetuados os devidos descontos individuais dos segurados ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelo dispositivo, inclusive das contribuições para o Programa de Previdência, as quais serão recolhidas ao Tesouro do Estado.

§ 2º - No caso de inadimplência do Estado, em face da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá àquele pagar, diretamente, os benefícios do mês, sem prejuízo da tomada, pelo Instituto, das medidas jurídicas necessárias à regularização da situação.

§ 3º - O Estado fornecerá, com antecedência de 10 (dez) dias ao prazo fixado no § 1º, os elementos necessários à emissão dos contracheques dos segurados e pensionistas, incluídos os dados referentes aos descontos a que alude o mencionado parágrafo.

§ 4º - Enquanto não efetivado o encaminhamento a que se refere o parágrafo anterior, a PARANAPREVIDÊNCIA não estará obrigado a efetivar o pagamento dos benefícios correspondentes.

§ 5º - Os recursos especificados no caput deste artigo constituirão o Fundo Financeiro (Art. 28 § 3º) a ser criado pela PARANAPREVIDÊNCIA, o qual será investido de acordo com as regras previstas para o Fundo de Previdência e contabilizado à parte.

Art.84 - A contribuição mensal do Estado para o Fundo de Previdência dar-se-á nas seguintes proporções:

I - 10% (dez por cento) sobre a parcela da remuneração, proventos ou pensão que for menor ou igual a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

II - 14% (quatorze por cento) sobre a parcela da remuneração, proventos ou pensão que for superior a R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais);

§ 1º - Na aplicação das faixas de que trata o parágrafo anterior considerar-se-ão:

a) quando servidor ativo, o valor bruto da remuneração percebida;

b) quando inativo, o total bruto dos proventos;

c) quando pensionistas, o valor total bruto do respectivo benefício.

§ 2º - O Poder Executivo poderá por decreto alterar o percentual estabelecido nos incisos I e II, desde que atuarialmente calculados o custo total do Plano de Benefícios Previdenciários a cargo do Fundo Previdenciário assim o exija observando como limite o estabelecido na Legislação Federal.

§ 3º - O pagamento, pelo Estado, das contribuições mensais a que se referem os arts. 79 e 84, poderão ser efetivados com recursos em espécie e doações, sendo os pagamentos com recursos em espécie nos seguintes percentuais mínimos mensais:

a) 20% (vinte por cento), no curso dos dois primeiros anos, a contar da data de implantação da PARANAPREVIDÊNCIA;

b) 30% (trinta por cento), durante os dois anos seguintes;

c) 40% (quarenta por cento), ao longo dos 5º (quinto) e 6º (sexto) anos;

d) 45% (quarenta e cinco por cento), no 7º (sétimo) ano, aumentando, este percentual, em progressão aritmética, à razão de 5% (cinco por cento) ao ano, até alcançar 100% (cem por cento), no 1º(primeiro) mês do 18º (décimo oitavo) ano.

§ 4º - No caso das doações não serem suficientes para atingir a complementação necessária prevista no parágrafo anterior, o Estado deverá complementar com recursos em espécie.

§ 5º - Na integralização do percentual a que se refere o caput deste artigo serão considerados os valores das doações previstas no Art. 86.

§ 6º - As contribuições previdenciárias mensais do Estado correrão, conforme o caso, a cargo das dotações próprias dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior, respeitado o disposto no caput e no § 4º deste artigo.

Art. 85 - A contribuição mensal do Estado para o Fundo de Serviços médico-hospitalares consistirá no percentual de 2% dos valores creditados em folha de pagamento do total das remunerações,

proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Art. 86 - O Estado poderá fazer doações para os Fundos de que trata esta lei, mediante a transferência, por aquele, de bens móveis ou imóveis, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º - No caso de ações, seu preço será apurado junto aos mercados organizados, notoriamente reconhecidos, representados pelas Bolsas de Valores e pelos mercados de Balcão formais.

§ 2º - Quanto aos imóveis e outros ativos, será contratada empresa especializada em avaliação no setor de que se trate.

§ 3º - O Conselho de Administração somente aceitará os bens oferecidos pelo Estado, se os mesmos se enquadrarem nas condições estabelecidas no Plano de Aplicações e Investimentos, revistam-se de boa liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.

§ 4º - O prazo para a deliberação do Conselho será de:

a) 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da data da implantação da PARANAPREVIDÊNCIA, quanto aos bens oferecidos pelo Estado até 10 (dez) dias a contar da mesma;

b) 60 (sessenta) dias, para os bens que o Estado vier anteriormente a oferecer.

§ 5º - O Estado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação de aceitação dos bens oferecidos, para concretizar a transferência destes para a PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 6º - O valor das doações feitas pelo Estado e incorporadas ao patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA será atuariamente considerado em cada reavaliação da contribuição previdenciária mensal do Estado, respeitado sempre o limite mínimo, também atuariamente fixado, de aporte em dinheiro.

Art. 87 - É obrigação do Estado:

I - efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de competência, o pagamento, em espécie, das contribuições mensais que lhe couberem, para os respectivos Fundos, nos termos dos Art. 84 e 85;

II - proceder, mensalmente, o desconto, sobre a respectiva remuneração, da contribuição dos segurados ativos participantes dos Planos de Benefícios Previdenciários e de Serviços Médico-hospitalares e dos correspondentes Fundos; e repassar a PARANAPREVIDÊNCIA, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil, após o pagamento dos vencimentos, os valores estabelecidos no Plano de Custeio Atuarial, nos termos dos Artigos 79, 80 e 84;

III - fornecer, no prazo fixado no inciso I deste artigo, o montante destinado à cobertura das Despesas Administrativas Vinculadas, nos termos do Artigo 30;

§ 1º - Na hipótese de mora no recolhimento, pelo Estado, das verbas de que tratam os incisos I, II e III, ou no repasse daquela descontada de seus servidores (inciso II), pagará ele, à PARANAPREVIDÊNCIA, pelo atraso, atualização e juros moratórios legais.

§ 2º - A contribuição do Estado para a Conta a que se refere o Art. 76, e seus parágrafos, será feita, tão somente, enquanto durar o exercício do mandato eletivo ou a titularidade do cargo comissionado.

Art. 88 - No caso de inexistência de remuneração, e para assegurar os seus direitos e os de seus dependentes, caberá ao servidor a obrigação de recolhimento, diretamente à PARANAPREVIDÊNCIA, das contribuições previstas nos Arts. 79 e 84, considerados os vencimentos do cargo do segurado e verbas pessoais.

§ 1º - Para os fins do disposto no caput deste Artigo, o segurado deverá comunicar previamente à PARANAPREVIDÊNCIA, com a remessa da documentação pertinente.

§ 2º - A contribuição será recolhida mediante guia até o 5º (quinto) dia útil após o pagamento dos vencimentos dos servidores.

§ 3º - O atraso no recolhimento criará para o servidor a obrigação de pagamento dos acréscimos estabelecidos pelo § 1º do Art. 87.

§ 4º - Em caso de inadimplência, a concessão de qualquer benefício só poderá dar-se, mediante o desconto dos valores não recolhidos, acrescidos das verbas a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º - O restabelecimento dos vencimentos deverá ser imediatamente comunicado à PARANAPREVIDÊNCIA, devendo o segurado, incontinenti, comprovar o pagamento dos valores das contribuições a que está obrigado, procedendo-se, em caso de existência de débito, nos termos do disposto no parágrafo anterior.

Art. 89 - Serão realizadas avaliações atuariais dos Planos de Custeio Atuarial, pelo menos uma vez por ano, quando do encerramento do balanço anual da PARANAPREVIDÊNCIA, e nas quais serão estabelecidas as contribuições do Estado e as Receitas Administrativas Vinculadas.

§ 1º - Caso seja verificado superávit ou déficit técnico atuarial pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos, haverá a revisão obrigatória dos Planos de Custeio Atuarial.

§ 2º - Qualquer ato dos Poderes Públicos que venha a repercutir financeira ou atuariamente no

custeio dos benefícios e serviços, ou dos encargos administrativos da PARANAPREVIDÊNCIA, terá o valor dessa repercussão quantificado monetariamente, sendo de integral responsabilidade do Estado a respectiva cobertura.

TÍTULO VI

DO REGIME FINANCEIRO E CONTÁBIL

Art. 90 - O regime financeiro do Programa de Benefícios Previdenciários, a cargo do Fundo de Previdência, será:

I - De capitalização, para as aposentadorias não decorrentes de invalidez;

II - De repartição de capital de cobertura, nas aposentadorias por invalidez e na pensão.

§ 1º - O regime financeiro de que trata o inciso II poderá ser substituído pelo regime de capitalização.

§ 2º - O regime financeiro dos Programa de Serviços Médico-Hospitalares e Complementares a cargo do Fundo de Serviço Médico-Hospitalar será o de repartição de capital e de cobertura, sendo que, do montante total da arrecadação, o excedente será destinado à capitalização.

Art. 91 - O exercício financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA coincidirá com o ano civil.

Art. 92 - A PARANAPREVIDÊNCIA contará com Plano de Contas, Orçamento Anual e Plurianual e Programas de Benefícios Previdenciários, de Serviços Médico-Hospitalares, de Custeio Atuarial, e de Aplicações e Investimentos, visando sempre ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Art. 93 - O regime contábil-financeiro ajustar-se-á ao prescrito pelas normas técnicas específicas, e as operações serão contabilizadas segundo os princípios geralmente aceitos, sendo seus resultados apurados pelo sistema de áreas de responsabilidades.

Parágrafo Único - O Plano de Contas da PARANAPREVIDÊNCIA obedecerá, no que couber, às regras federais adotadas para as entidades fechadas de previdência privada.

Art. 94 - A PARANAPREVIDÊNCIA manterá sua contabilidade, seus registros e seus arquivos atualizados, para facilitar a inspeção permanente e o controle das contas pela auditoria Externa Independente e pelo Conselho Fiscal.

Art. 95 - A PARANAPREVIDÊNCIA contará com a assessoria de Atuário Externo, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício,

do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários e de Atendimento Médico-Hospitalar.

Art. 96 - Serão elaborados balancetes mensais, e balanço, relatório e prestação de contas anuais.

Art. 97 - A PARANAPREVIDÊNCIA poderá celebrar contratos e convênios, a fim de realizar seus objetivos institucionais.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 98 - O Estado do Paraná é o responsável, direto e exclusivo:

I - pelo aporte total das Receitas Previdenciárias Vinculadas destinadas ao Fundo Financeiro, para pagamento dos benefícios a que se referem os Arts. 29 e 83, e seus parágrafos;

II - pelo pagamento e repasse das contribuições mensais aos respectivos Fundos;

III - pela alocação integral das Receitas Administrativas vinculadas;

IV - pelos recursos destinados à Conta de que trata o Art. 76 e seus parágrafos.

Art. 99 - O Estado é solidariamente responsável com a PARANAPREVIDÊNCIA, pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e pensionistas, participantes do Plano de Benefícios Previdenciários a cargo do Fundo de Previdência; e, nos mesmos termos, em relação ao Plano de Serviços Médico-Hospitalares a cargo do Fundo de Serviços Médico-Hospitalares.

Art. 100 - A PARANAPREVIDÊNCIA goza, nos termos do prescrito pelo Art. 150, inciso VI, alíneas a e c, da Constituição federal, de imunidade em relação aos impostos federais e municipais, bem assim é beneficiária de isenção dos tributos estaduais.

Art. 101 - Não haverá isenções ou reduções de contribuições de segurados ativos, inativos e pensionistas.

Art. 102 - A extinção da PARANAPREVIDÊNCIA dar-se-á somente no caso de inequívoca comprovação da absoluta impossibilidade de sua manutenção.

§ 1º - Se extinta a PARANAPREVIDÊNCIA, será seu patrimônio destinado ao Estado do Paraná, sendo obrigação deste manter a identidade e os fins do Fundo de Previdência e do Fundo de Serviços

Médico-Hospitalares, e os direitos adquiridos dos beneficiários a eles vinculados, não podendo, em nenhuma hipótese, descaracterizá-los, extingui-los ou incorporá-los ao Tesouro Estadual.

§ 2º - Em nenhuma hipótese poderá haver transferência de recursos entre os Fundos instituídos por esta lei.

Art. 103 - Será obrigação do Estado o pagamento dos benefícios previdenciários a que fizerem jus todos os servidores e pensionistas até o prazo máximo de 1(um) ano, a contar da implantação da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo Único - A obrigação de que trata este artigo poderá ser transferida a PARANAPREVIDÊNCIA antes do prazo estabelecido, caso a entidade reúna condições para tal.

Art. 104 - Fica o Estado do Paraná, suas Autarquias e Fundações autorizados a transferir para a PARANAPREVIDÊNCIA, para manutenção dos Fundos de Natureza Previdenciárias, a título de doações:

I - imóveis de seu domínio;

II - recursos em espécie provenientes da alienação de ações preferenciais e ordinárias que possua no capital de empresas, conforme definida em lei.

Parágrafo Único - Todo o patrimônio hoje pertencente à autarquia IPE será transferido para a constituição dos Fundos de Natureza Previdenciária criados nos termos desta lei, procedendo-se a respectiva avaliação nos termos do Art. 86.

Art. 105 - Todas as atividades de natureza previdenciária, atualmente desenvolvidas pela autarquia IPE e pela Secretaria de Estado de Administração passarão para a competência da Instituição em que aquela se transforma, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data em que se formalizar o Contrato de Gestão previsto nos Arts. 5º e 6º.

§ 1º - Para atendimento do disposto no “caput” deste artigo, o Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, poderá solicitar servidores hoje lotados na autarquia IPE ou na Secretaria de Estado da Administração, para que fiquem à disposição da Instituição.

§ 2º - Os servidores que forem requisitados pela PARANAPREVIDÊNCIA, permanecerão com seus respectivos cargos e no desempenho de suas funções, até que se institua o Plano de Cargos e Salários e se efetive o processo seletivo respectivo (Art. 25).

§ 3º - Os demais servidores da autarquia IPE, que não forem requisitados pelo Diretor-Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA, serão colocados à disposição da Secretaria de Estado da Administração,

para reaproveitamento e realocação no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

Art. 106 - Havendo compatibilidade, após implantação do Plano de Cargos e Salários da PARANAPREVIDÊNCIA e efetivado o processo seletivo (Art. 25), os atuais servidores da autarquia IPE e da Secretaria de Estado da Administração, que forem solicitados nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo anterior poderão, sem prejuízo da aplicação das disposições sobre licença sem vencimento e nos termos a serem fixados em Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Secretário de Estado da Administração, ser contratados pela PARANAPREVIDÊNCIA, desde que optem pela exoneração do cargo que estiverem ocupando na administração direta, autárquica ou fundacional do Estado do Paraná.

Art. 107 - O Poder Executivo poderá ceder, mediante ressarcimento, servidor que for requisitado pelo Diretor Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 108 - A PARANAPREVIDÊNCIA, mediante aprovação pelo Conselho de Administração, poderá instituir apólices de seguro.

Parágrafo Único - Ficam mantidos, nas condições vigentes, mas sob a administração da PARANAPREVIDÊNCIA, o seguro de vida e o auxílio funeral atualmente assegurados pela autarquia IPE, até que sobre a matéria se disponha em decreto.

Art. 109 - Os atuais contribuintes facultativos e convencionados da autarquia IPE terão seus direitos preservados e mantidos pelo Estado, mas não serão abrangidos pelos dispositivos benefícios desta lei.

Art. 110 - O Estado do Paraná sucederá a autarquia IPE em todos os processos judiciais em que esta figure como parte, inclusive litisconsorte, assistente ou oponente.

Art. 111 - O Estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente em todos os processos judiciais em que a PARANAPREVIDÊNCIA for parte no pólo passivo, e que digam respeito a benefícios.

Art. 112 - Havendo alterações de ordem constitucional ou na legislação, que alterem prerrogativas dos servidores públicos, no tocante à seguridade funcional, serão procedidos os necessários estudos atuariais e a pertinente

adaptação dos Programas de Benefícios Previdenciários e do respectivo Programa de Custeio Atuarial.

Art. 133 - O disposto nos artigos 48, 50 e 51 desta Lei, não se aplica aos atuais servidores públicos estaduais, aos quais fica assegurado, uma vez atendido o prazo de que trata o Art. 52, o direito de aposentar-se nos seguintes termos:

I - aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta), se mulher, ou 30 (trinta) anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora, com proventos integrais, calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência do desconto previdenciário,

II - aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência do desconto previdenciário.

III - depois de completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, calculados com base na remuneração sobre a qual havia incidência do desconto previdenciário.

IV - por invalidez permanente, independente do prazo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas pela junta médica, hipóteses em que os proventos serão integrais.

Parágrafo Único - A aplicação do disposto neste artigo, fica condicionada a observância e cumprimento do que dispuser o texto constitucional, nos Capítulos da Previdência e da Administração Pública, e a legislação ordinária, na data da protocolização do

requerimento do respectivo benefício, inclusive quanto a observância de idade mínima para concessão de benefícios e das regras de transição.

Art. 114 - A data de implantação da PARANAPREVIDÊNCIA será, para todos os efeitos, a da celebração do Contrato de Gestão, o que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias, contados do início da vigência desta lei.

Art. 115 - Os cargos de direção da autarquia IPE símbolos "DAS" e "C", serão extintos quando se formalizarem os atos de constituição da PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 116 - Fica criado, no âmbito da Secretaria do Estado de Administração, Diretor de Seguridade Funcional, símbolo DAS-1, de provimento comissionado, cujas atribuições serão estabelecidas por Decreto do Poder Executivo.

Art. 117 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, nos orçamentos dos exercícios de 1998 e 1999, necessários à implementação do objeto desta lei, utilizando como crédito as formas previstas no artigo 43, parágrafo 1º, incisos III e IV, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 118 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Estaduais nºs 4.339, de 18 de fevereiro de 1961, 4.766, de 13 de novembro de 1963, 4.975, de 02 de dezembro de 1964, 10.464, de 05 de outubro de 1993, e os Arts. 1º a 69 e 71 a 76 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, os Arts. 138 a 145 e 248 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970 e o Art. 6º da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.